

RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2024



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
ÁREAS PROGRAMÁTICAS	6
PROGRAMA DE ÁGUA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA - PAPAA	6
I - INTRODUÇÃO	7
II - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PAPAA.....	8
III – AS ATIVIDADES REALIZADAS	9
IV - CONCLUSÃO	19
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA – PECONTE.....	25
I - INTRODUÇÃO	27
II PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS CONFORME OS EIXOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	29
Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil	29
Formação continuada com Professoras e Professores da Educação do Campo	35
Mobilização e formação continuada com Representantes da Sociedade Civil Organizada:	38
Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária).....	39
Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:	42
Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:	43
III – ALGUMAS REFLEXÕES CONCLUSIVAS	47
A seguir uma quantificação mais específica e qualificada do público inserido nas nossas ações. Resumo quantitativo do público envolvido nas ações em 2023:	47
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA – PCOM	53
I – INTRODUÇÃO.....	53
II – ATIVIDADES	53
III – OLHARES PARA 2025.....	55
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – PFEES....	56
I - INTRODUÇÃO	57
II - OBJETIVOS.....	57
III - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	59
Gestão e Participação Social	59
Acesso a Mercados	66
Incidência Política	74
IV - CONCLUSÕES: RESULTADOS E PERSPECTIVAS.....	75
PROGRAMA GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL – PGGIR	84
I – INTRODUÇÃO.....	84
II – OBJETIVOS.....	85

III - NOSSAS ESTRÁTEGIAS	86
Direitos das Mulheres	86
Protagonismo Juvenil.....	87
Direitos das Crianças e Adolescentes	88
IV - ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS	90
V - INCIDÊNCIA POLÍTICA	96
IV - DESAFIOS E ESTRATÉGIAS – CONSTRUIR A RESISTÊNCIA	96
VI - PERSPECTIVAS – ESPALHAR AS SEMENTES DA ESPERANÇA, DO VERBO ESPERANÇAR...	98
VII - CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS...	99
Depoimentos:	100
ANEXO 1.....	101
MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES.....	101
ANEXOS GERAIS	108
Campanha “É Tempo de Cooperar” fortalece solidariedade e autonomia no Semiárido baiano em 2024	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS.....	116
RELAÇÃO DE COLABORADORES/AS EM 2024.....	119
DIRIGENTES MOC	121
CONSELHO FISCAL.....	121
COORDENAÇÃO COLEGIADA 2024.....	121
TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO 2024.....	122
COLABORADORES/COOPERANTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	122
CONVÊNIOS DO EXTERIOR.....	122
CONVÊNIOS NÃO GOVERNAMENTAIS.....	122

APRESENTAÇÃO

"O caminho se faz ao caminhar".

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) acredita que esta é a máxima que guia todas as pessoas, muito embora haja uma multiplicidade de caminhos. Seria longo demais e fora de propósito elencá-los aqui.

O caminho que escolhemos foi o de estar ao lado e com os excluídos, nas suas mais variadas formas. Mulheres, negros, populações originárias, moradores das periferias, LGBTQIA+, crianças sem escola e/ou com escolas sem qualidade, comunidades quilombolas, jovens, agricultores/as sem-terra e sem possibilidade de viver bem nas poucas glebas de terra que possuem.

E, estando com e ao lado deles, optamos pelo caminho da cidadania, da convivência com o semiárido, do protagonismo de mulheres e jovens, de escolas de qualidade na área rural, da partilha, da busca e conquista de direitos.

Sabemos que deles/as é o caminho. E a nós cabe ajudar e, fazendo-o, caminhar na mesma perspectiva e na busca da mesma utopia.

É nesse espírito que apresentamos o relatório anual do MOC referente ao ano de 2024.

Diante da avalanche de destruições que avassala o mundo atual e nosso estado – que aqui não cabe nominar – passando por questões minúsculas até aquela da fome que ameaça milhões de pessoas e as mudanças climáticas que a ameaçam o próprio planeta, sabemos que nossa contribuição é pequena. Sabemos também, no entanto, que sem estes passos estaríamos mais longe de erradicar a fome e de salvar o planeta.

Este relatório pertence a toda equipe do MOC, à sua dedicada diretoria, apoiadores técnicos e financeiros, bem como seus parceiros e amigos.

O que aqui exaramos não é fruto do esforço de um ou dois, mas de um trabalho coletivo.

Você, que integra o MOC, que o admira, o apoia, sinta-se à vontade para nos enviar suas avaliações e críticas. Elas são fundamentais para tornar a caminhada mais leve e o percurso mais enriquecedor.

Boa leitura!

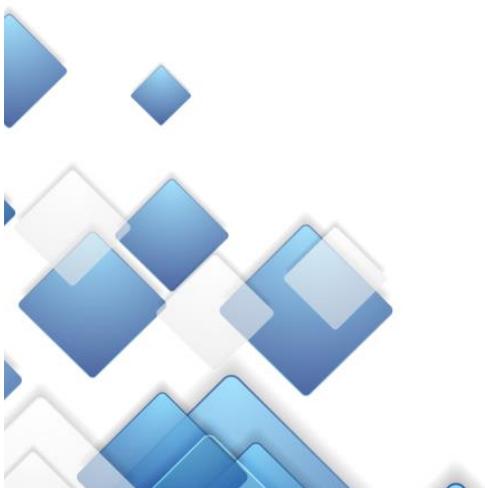
Celia Firmo
Coordenadora Geral do MOC

ÁREAS PROGRAMÁTICAS



**PROGRAMA
DE ÁGUA PRODUÇÃO
DE ALIMENTOS E
AGROECOLOGIA**

PAPAA



PROGRAMA ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA – PAPAA

I - INTRODUÇÃO

O Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia- PAPAA, tem como seu objetivo estratégico: **Populações vulnerabilizadas do estado da Bahia consolidam modos de vida a partir de práticas de resiliências climáticas, da garantia de soberania e Segurança Alimentar Nutricional, incidindo politicamente, na perspectiva agroecológica e da convivência com o Semiárido.**

Em 2024 nossas ações foram ampliadas em diversidade e alcance, atuando com mais famílias e comunidades. Buscamos alternativas para o fortalecimento da agricultura familiar e erradicação da fome e da pobreza. O Programa ampliou sua participação nos espaços de incidência política, inserindo-se e fortalecendo espaços estratégicos dentro dos territórios de atuação e nos municípios.

Ainda vivenciamos, em 2024, um período de estiagem que influenciou a produção e colocou muitas famílias em situação de risco devido à crise hídrica, que implica na crise alimentar. Diante dessa realidade, causada pelas mudanças climáticas que têm interferido diretamente nos modos de vida, especialmente no semiárido, atuamos com as organizações parceiras e irmãs para compreender as estratégias necessárias para que as comunidades e famílias possam acessar alternativas que possibilitem conviver com o clima e com os fenômenos que vêm ocorrendo.

Entendemos que a proteção socioambiental requer mudanças de comportamento e mentalidade para enfrentar a crise climática e preservar a vida humana, bem como o bioma da caatinga, que sofre com o desmatamento e a desertificação. Para mudar essa realidade, é necessário adotar novas concepções e paradigmas de sustentabilidade socioambiental e efetivar a convivência com o Semiárido.

Assim foi retomada a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva – cisternas de placas de cimento de 16.000 m³, destinadas a contribuir com o estoque de água para beber e cozinhar para as

famílias. E foi feito principalmente nas comunidades tradicionais quilombolas. Juntamente com as águas se fez assessoria a unidades produtivas familiares, assim como a famílias que utilizam água desaminizada de poços.

Em 2024, na ampliação das ações, o programa fortaleceu parcerias e ocupou espaços, com uma nova (ou velha) prosa, sobre as mudanças climáticas e suas influências nos modos de vida e na produção das comunidades.

Nos dados a seguir, apresentaremos o caminho que o PAPAA trilhou em 2024, incluindo os territórios, municípios, comunidades e as ações desenvolvidas que contribuem para o bem viver no sertão baiano. Os territórios de atuação foram os seguintes:

- **Território do Sisal:** Quijingue, Araci, Teofilândia, Barrocas, Biritinga, Barrocas, C. do Coité, Retirolândia, Santaluz, Nordestina Cansanção, Serrinha, Monte Santo, Itiúba e Queimadas;
- **Território Bacia do Jacuípe:** Ipirá, Serra Preta, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Capela do Alto Alegre, Gavião, Mairi, Pintadas Ipirá e Baixa Grande;
- **Território Portal do Sertão:** Feira de Santana e Serra Preta;
- **Território Recôncavo:** Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu.
- **Território de Litoral Norte e Agreste Baiano:** Itapicuru e Crisocolas;
- **Território Piemonte da Diamantina:** Mirangaba, Orolândia e Umburanas.

II - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PAPAA

Objetivo específico 01- Resiliência hídrica - acesso, manejo e uso das águas.

Objetivo específico 02 - Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

Para o alcance de seus objetivos específicos fez –se necessária a articulação em redes nos territórios e municípios, integração em conselhos, como o Colegiado

Territorial de Desenvolvimento Sustentável - CODETER , no Fórum Baiano de Agricultura Familiar -FBAF, na Articulação de Agroecologia da Bahia – AABA, no Conselho de Segurança Alimentar Nutricional e na rede Feminista de Agroecologia. Nestes espaços refletimos medidas necessárias para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, formulamos estratégias de atuação, de proposição, para a gestão pública, pautamos ações emergenciais para médio e longo prazo, a fim de contribuir para que o acesso aos direitos seja efetivo para as comunidades/ famílias vulneráveis.

A atuação do programa, tem sido não só da execução direta da assessoria técnica a unidades produtivas familiares e ou a implementação das tecnologias sociais, mas também na mobilização das organizações sociais, para somar se nos espaços de debate das ações estruturantes e os conselhos, comitês, comissões por se constituírem como espaço de mobilização social proposições de medidas de resiliência as mudanças climáticas.

Nas atividades que incorporam os objetivos específicos, destacaremos as que foram importantes para que famílias e comunidades tivessem direitos como água, assistência técnica, reconhecimento de áreas de Povo e Comunidades tradicionais-PCT, estratégias de resiliências as mudanças climáticas com implantação de novas tecnologias sociais de reuso das águas fortalecendo a agricultura familiar e acesso ao Direito Humano a Alimentação.

III – ATIVIDADES REALIZADAS

Objetivo específico 01- Resiliência hídrica - acesso, manejo e uso das águas.

Em 2024 acentuou-se o combate à insegurança hídrica, à fome e insegurança alimentar, por ações estrategicamente coletivas.

Merece destaque a inserção mais consistente do debate e da prática do saneamento rural nas comunidades, algo anteriormente tímido na prática do MOC e, neste ano, mais sistemático e forte. Isso se deve à parceria com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) em uma iniciativa conjunta com o MOC, com o apoio da Instituição Austríaca HORIZONTE 3000. Este projeto, além de

saneamento rural, atua com recaatingamento, educação contextualizada, protagonismo de mulheres e jovens e comunicação, na perspectiva dos Objetivos do Milênio.

Uma outra ação desenvolvida, foi o **Projeto Ciranda de Direitos por uma Caatinga Sustentável**, cujo objetivo é desenvolver ações com as famílias crianças e adolescentes sobre o manejo da caatinga e práticas de convivência com o semiárido. Realizaram-se, diagnósticos comunitários como ferramenta, de compreensão dos desafios enfrentados pelas comunidades e que caminhos serão necessários trilhar para transformar o contexto, e construídos planos de desenvolvimento locais, e as comunidades apontaram como foco temáticos: resiliências climáticas, praticas agroecológicas e educação ambiental. Sendo assim, nossa ação foi de provocar nas famílias e comunidades, como seriam efetivadas as propostas descritas nos planos, buscando estimular que as lutas sejam coletivas, e por políticas públicas permanentes que contribua para como desenvolvimento sustentável, social e integrado.

Em parceria com a Secretária de Desenvolvimento Rural – SDR via Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, atuou se em ações relativas ao acompanhamento do monitoramento da gestão partilhada e coletivas dos sistemas de dessalinização de água que integram o Programa Água Doce (PAD).

Nesses municípios realizou se acompanhamento aos sistemas de dessalinização de águas com assistência técnica e social, refletindo a oferta dos sistemas simplificados de maneira segura. Iniciou-se com essa secretaria uma parceria que se concretizará em 2025 que é a dinamização de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água das chuvas, para produção e dessedentação animal. Ainda nesse ano, em parceria com a Associação Programa 1 Milhão de cisternas rurais – AP1MC - o MOC através do PAPAA esteve em comunidade rurais na implementação de tecnologia social de captação e armazenamento de água das chuvas, com a construção de cisternas de placas com capacidade 16.000m³.

Destacamos alguns resultados do programa em 2024:

- Implantação de 101 sistemas de dessalinização de água em comunidades rurais de três territórios de identidade da Bahia — Sisal, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina — visando solucionar possíveis limitações técnicas, fortalecer a apropriação dos sistemas e garantir uma gestão mais eficiente pelas próprias comunidades;
- Sessenta integrantes dos comitês municipais de recursos hídricos e dos grupos gestores de sistemas simplificados de água compartilharam experiências sobre gestão coletiva e participativa da dessalinização, além de discutir alternativas para a resiliência hídrica nos municípios de Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, Nova Fátima, Quijingue e Araci;
- Foram visitadas e vistoriadas 510 propriedades rurais equipadas com tecnologias de captação de água da chuva por meio de cisternas de placas, destinadas ao armazenamento de água para consumo humano. Durante as visitas, as famílias receberam orientações sobre o uso adequado e a manutenção dessas tecnologias, garantindo sua eficiência e durabilidade;
- Oito municípios dos territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe foram mobilizados, em parceria com o MOC, para a implementação de tecnologias sociais voltadas à captação e ao armazenamento de água da chuva;
- Sessenta famílias de comunidades tradicionais quilombolas foram selecionadas para integrar o Projeto Cisternas nos municípios de Retirolândia e Conceição do Coité.
- Quatro comunidades rurais desenvolveram, de forma coletiva, planos locais de desenvolvimento, registrando elementos essenciais sob a perspectiva da própria comunidade. Esses planos contribuirão para a convivência com o Semiárido e para fortalecer a resiliência climática.



O programa efetivamente destacou – se ao diversificar suas ações e ampliar os atendimentos. A dinamização de processos que garantem estoque e gestão das águas foi crucial para a produção de alimentos, especialmente em um contexto de mudanças climáticas. A contínua atuação junto a comunidades tradicionais e quilombolas, reforçando a participação social, foi fundamental para fortalecer a autonomia dessas comunidades e garantir que suas vozes sejam ouvidas.

As Comissões Executivas Municipais (CEM), compostas por movimentos sociais, desempenharam um papel vital na identificação e apoio a famílias em situação de vulnerabilidade hídrica. Isso não só promoveu um acesso mais justo às tecnologias sociais, como também estimulou reflexões e discussões necessárias sobre as mudanças climáticas, contribuindo assim para uma abordagem mais abrangente e integrada nas políticas de gestão de recursos hídricos e segurança alimentar e nutricional. A colaboração entre diferentes atores sociais foi fundamental para enfrentar os desafios atuais e construir um futuro mais sustentável.

Uma outra ação estratégica existente no PAPAA, refere – se, a ações diretas de fomento à produção com assessoria técnica sistemática a comunidades e famílias com foco a contribuir com disseminação da convivência com o semiárido a partir da agroecologia.

Objetivo específico 2: Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.



Esta área programática trata como foco principal a oferta de assessoria às famílias agricultoras, comunidades e as organizações sociais parceiras nos diversos municípios de atuação para potencializar seu processo produtivo. Buscando a relação entre produção agroecológica, consumo de alimentos saudáveis e a comercialização, através das formações, intercâmbios e do acesso as políticas públicas, fortalecendo os caminhos para o bem viver das famílias agricultoras familiares e comunidades.

Para isso vale destacar as diversas relações de parcerias com intuições presentes nos municípios , tais como Sindicato das/os Trabalhadoras/Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar, Associação dos Agricultores Familiares – APAEB's, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rural - MMTR, Associações Comunitárias, Cooperativas, grupos organizados de produção, agências de credito cooperativo, o poder público municipal através, principalmente, das secretárias da agricultura e meio ambiente e da ação social, como também contamos com estreita parceria do

poder público estadual por meio do escritórios territoriais e diretamente com as diversas secretarias estaduais que tenham temáticas em comum com nossa missão. Isso, igualmente, se replica na esfera federal. Outro ponto a se destacar é nossa participação ativa em redes e articulações coletivas como a Articulação do Semiárido Brasileiro-ASA, Articulação de Agroecologia na Bahia- AABA e do Fórum Baiano da agricultura Familiar-FBAF entre outros que viabilizaram e potencializaram nossas ações.

O ano foi marcado pelas ações da prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva da organização das mulheres e das famílias agricultoras familiares e das suas organizações locais, remetido à estruturação produtiva e articulação de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar. Esse eixo do programa realizou com êxito todo o processo de mobilização e o cadastramento de imóveis rurais pertencentes às comunidades remanescentes de quilombos no estado da Bahia, através da inserção no sistema do Cadastro Estadual de Regularização Florestal (Cefir), possibilitando às famílias o acesso as políticas públicas e a busca pelo processo da regularidade ambiental, através da ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos.

As ações com a assessoria técnica e extensão rural, através da Chamada Pública Ater Bioma Caatinga está em seu segundo ano de execução e têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida das famílias e suas respectivas comunidades, respeitando suas especificidades, baseada na construção coletiva do conhecimento e da convivência com o clima semiárido. A atuação busca promover o desenvolvimento rural sustentável, com foco na produção de alimentos para autoconsumo, cuidado com o meio ambiente e a geração de renda pelos mercados justos e solidários.

Tiveram também continuidade as ações de apoio às mulheres através do projeto "Mulheres Rurais, Autonomia, Alimentação e Vidas Saudáveis", tendo como foco a construção, fortalecimento e consolidação de processos produtivos agroecológicos e de processos organizativos e econômicos desenvolvidos pelas mulheres, contribuindo para a sua autonomia econômica, para que tenham acesso a

alimentos saudáveis e possam viver em um meio ambiente sustentável e sem violência.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas facilitaram o acesso das 300 mulheres assessoradas às políticas públicas de fomento à agricultura familiar e aos mercados locais e institucionais, incluindo o Fomento Rural, acesso à água, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de feiras e vendas diretas nas comunidades. As atividades desenvolvidas também estimularam o fortalecimento coletivo das mulheres, incentivando-as a buscar autonomia econômica, política e social, e a ampliar sua participação em espaços de gestão social de políticas públicas que melhorem seus sistemas agroambientais, garantindo acesso a alimentos agroecológicos e promovendo a Segurança Alimentar e Nutricional.

Ações coletivas de preservação e cuidados com a Caatinga, promovidas pelo projeto Edu-cativando na Caatinga, buscaram disseminar práticas de educação ambiental agroecológica, além de fortalecer a resiliência das comunidades da Caatinga, potencializar as formas de convivência com o bioma e promover o senso de pertencimento e identidade territorial.

Nesta linha estratégica de atuação, alcançamos os seguintes resultados. A seguir, destacamos as ações desenvolvidas pelo Projeto Ater Biomas.

- 09 Reuniões de Articulação Com Parceiros Locais – Atividade de apresentação dos objetivos e metas alcançadas com o desenvolvimento do projeto Ater Biomas para parceiros municipais;
- 50 Cursos – Atividades de cunho coletivo que visa unir conceitos teóricos e práticos na busca da qualificação dos agricultores, com temas que permeiam os anseios das comunidades rurais dos municípios de atuação do projeto;
- 180 Dias de campo grupal – Atividades de cunho coletivo onde se começa a executar o plano de ação da comunidade foram trabalhados os diversos sistemas produtivos e temáticos de interesse da coletividade com adoção de técnicas e manejos produtivos de forma que possam melhorar as atividades desenvolvidas e geradoras de renda;

- 3.240 Visitas técnicas as Unidade Produtiva Familiar – UPFs: Atividade de cunho individual onde ocorre o acompanhamento do Plano de Ação da Unidade de Produção Familiar, colocando em prática o planejamento das famílias e trabalhando os diversos subsistemas existentes na diversidade da agricultura familiar;
- 02 Oficinas Macro territoriais de nivelamento Técnico, Monitoramento e Avaliação (Oficina técnica e Metodológica) – Atividade de caráter coletivo institucional com debate e nivelamento metodológico entre as entidades de ATER e a Bahiater, e monitoramento e avaliações das ações executadas;
- 01 Oficina Sobre Cadernetas Agroecológicas para agricultoras familiares (Oficina temática) – Atividade de caráter coletivo institucional tendo como público mulheres agricultoras familiares que utilizaram a caderneta agroecológica;
- 28 Palestras sobre Controle Zoofitossanitário - Atividades de cunho coletivo que busca compreender e fortalecer estratégias de segurança na defesa zoofitossanitária nas comunidades rurais;
- 18 Oficinas de Cartografia Participativa - Atividades de cunho coletivo que envolve a comunidade na criação de mapas e promovendo a inclusão social e a democratização do conhecimento geoespacial;
- 18 Oficinas de Convivência com Semiárido - Atividades de cunho coletivo com temáticas que fortalece o conhecimento local, promovendo práticas sustentáveis para a agricultura familiar e o cuidado com o meio ambiente;
- 120 projetos de fomento rural realizados e enviados para análise do Ministério do Desenvolvimento Social;
- 20 Oficinas de Mobilização em comunidade quilombolas – Atividade inicial em comunidades remanescentes de quilombos com intuito da sensibilização da comunidade para o processo de regularização ambiental das comunidades;
- 32 Visitas de Coleta de Dados Geoespaciais de Comunidade Quilombolas – Atividade realizada a posteriori à mobilização, ação que visa a coleta de dados geográficos de localização espacial e de uso da terra das comunidades quilombolas, para em seguida ser realizado o cadastramento

nos sistemas específicos para aquisição do Cadastro Ambiental Rural coletivo;

- 26 reuniões para Coleta de Dados Sociais de Comunidades Quilombolas – Ação para coleta de dados sociais de composição dos grupos familiares e demais dados coletivos necessários a alimentação dos sistemas de gerenciamentos dos cadastros ambientais comunitários;
- 42 atividades de Inserção de dados relativos ao Cadastro Ambiental Rural das comunidades quilombolas em sistema específico – Ação de preparação dos mapas de uso do solo das comunidades, organização documental e lançamento no sistema estadual informação ambiental, com sincronização no sistema nacional do cadastro ambiental rural – CAR;
- 66 Reuniões de apresentação dos resultados para os territórios quilombolas – Vistas realizadas para realização de reuniões de entrega do produto final da ação do projeto – os Cadastros Ambientais Rurais – CAR, na Bahia tendo sua equivalência o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR. Nestas atividades foram realizadas a entrega física e realizadas as orientações para as lideranças do acesso aos sistemas de gerenciamento dos cadastros ambientais;
- Com a realização das ações do projeto “Regularização Ambiental: Dignidade aos Povos e Comunidades Tradicionais” o MOC pôde atender diretamente 66 comunidades quilombolas nos territórios do Portal do Sertão, Piemonte do Paraguaçu, Litoral Norte e Agreste Baiano, Bacia do Jacuípe e o Portal do Sertão. Alcançando com isso uma média de 6115 famílias diretamente coma ação;
- 300 mulheres sendo acompanhadas, através do Ater Mulheres nos municípios de Araci, Serrinha, Teofilândia, Retirolândia e Santa Luz, tendo em vista o fortalecimento da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis, a elaboração de projetos econômicos oriundos da vocação local com foco na valorização da sua cidadania, autonomia socioeconômica e o acesso às políticas públicas;
- 04 Reuniões com organizações parceiras para apresentação do projeto que tem como objetivo formalizar as parcerias, em cada município, visando

facilitar os processos subsequentes na execução das ações previstas no projeto Ater Mulheres: Autonomia, alimentação e Vidas Saudáveis;

- 04 Reuniões de mobilização e seleção das beneficiárias para projeto Ater Mulheres: Autonomia, alimentação e Vidas Saudáveis;
- 30 Visitas de diagnóstico e caracterização da UFPA realizadas por meio de visita à UFPA, tendo como objetivo a apresentação das extensionistas responsáveis para a beneficiária e a família e sequencial coleta de informações produtivas, sociais e ambientais sobre a UFPA, incluindo as informações sobre os indicadores que serão avaliados ao longo do projeto.



No intuito do fortalecimento das ações em Rede e do desenvolvimento de metodologias participativas atuou-se junto ao projeto "Cultivando Futuros: transição agroecológica justa em sistemas alimentares do semiárido brasileiro" da AS-PTA, Brot fur de Welt e Rede ATER Nordeste de Agroecologia; com financiamento do Ministério Federal da Alimentação e da Agricultura da Alemanha (BMEL, na sigla em alemão).

Através da Rede ATER Nordeste de Agroecologia, o Cultivando Futuros está sendo realizado nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. O MOC como membro efetivo da Rede, desenvolveu ações no coletivo das organizações como reuniões de planejamento e intercâmbios como

também realizou ações diretas com famílias e entidades municipais parceiras do município de Pé de Serra – BA, com o objetivo de desenvolver junto aos atores municipais a construção temporal da trajetória de mudanças nos sistemas agroalimentares no município.

As oficinas contaram com ampla participação de atores locais tais como as representações de diversas comunidades, do COMSEA municipal, do Sindicato dos Trabalhadores/as na Agricultura Familiar, estagiários do curso técnico em Agropecuária, da APLB, representantes do poder público municipal, agentes de saúde, além dos técnicos da instituição envolvidos na execução das atividades. Desta forma, foram realizadas duas oficinas e algumas reuniões com os entes municipais onde já se pode obter resultados expressivos do diagnóstico da trajetória dos sistemas agroalimentares do município e apontamentos para a incidência política para busca do desenvolvimento rural numa perspectiva agroecológica.

O projeto continua com ações no ano de 2025, no sentido de estruturar melhor os dados já obtidos e da sistematização destes para melhoria dos estudos e difusão das metodologias aplicadas.

Enfatiza-se como fato importante também, a realização do cadastro e projeto de Fomento Rural para 120 famílias, ação essa desenvolvida pelo MOC no Ater Biomás e que tem a parceria da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia - SDR e do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Tendo os projetos sido realizados e adesão das famílias acontecido em 2024 e os trâmites de avaliação e liberação sendo projetados para o ano de 2025

IV - CONCLUSÃO

Ao encerrarmos 2024, é essencial refletirmos sobre nossas práticas e metodologias. O Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia, fecha o ano com um profundo sentimento de gratidão a todos e todas que caminharam ao nosso lado, nas trincheiras pela justiça social. Este foi um ano repleto de emoções, marcado pela força das comunidades, organizações parceiras, movimentos de mulheres e agricultores e agricultoras que se uniram para criar novas oportunidades e atuar estrategicamente pelo bem viver. Essa luta nos motiva para que 2025 seja um

ano ainda mais militante. Nossa intenção é ocupar mais espaços de construção, proposição e avaliação de políticas públicas. Vamos atuar em rede, para que ações experimentais se transformem em políticas públicas efetivas, especialmente no que diz respeito ao reuso total das águas, fundamental para uma nova proposta de saneamento rural. Também avaliamos ser vital fortalecer a incidência na pauta das resiliências climáticas, continuar a dinamizar a implementação de tecnologias sociais para captação e armazenamento de água, pautando agilidade na universalização do acesso as águas, e a reflexão sobre a água do cuidado, essencial para a vida e para o desenvolvimento da agricultura familiar, contribuindo assim para erradicar a fome.

A luta por um semiárido vivo e digno continua, sem nenhum direito a menos!

ANEXO 1

MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES

ÁREA PROGRAMÁTICA: Programa de Água Produção de Alimentos e Agroecologia.

ATIVIDADES REALIZADAS	NÚMERO DE ATIVIDADES	QUANT PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
Reuniões de Articulação Com Parceiros Locais	09	135	81	55
Cursos	50	750	600	150
Dias de campo grupal	180	2700	1400	1300
Visita técnica as UPFs	3240	12960	7776	5184
Oficina Macroterritorial de nivelamento Técnico, Monitoramento e Avaliação (Oficina técnica e Metodológica)	02	20	12	08
Palestras sobre Controle Zoofitossanitário	28	420	252	168
Oficinas Municipais "Cultivando Futuros"	02	90	50	40
Oficinas de Cartografia Participativa	18	270	216	54
Oficinas de Convivência com Semiárido	18	270	210	60

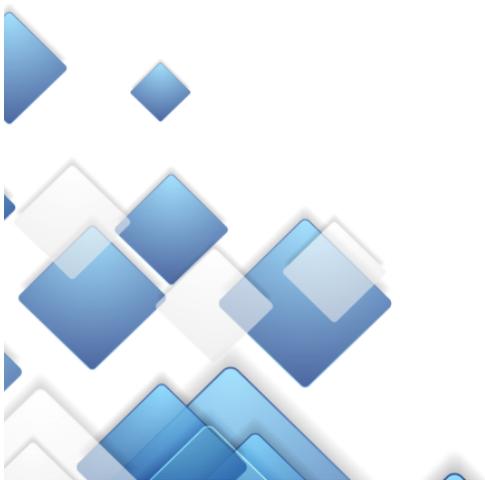
Reuniões de mobilização e seleção de beneficiárias	1	30	30	
Reuniões de socialização do diagnóstico e planejamento das ações	5	139	139	
Indicadores da UFPA T0	300	300	300	
Seminário	1	50	50	
Visitas de diagnóstico e caracterização da UFPA	300	300	300	
Atividades Coletivas específicas da proposta técnica - Rodas de conversas	8	160	160	
Intercâmbio	1	50	50	
Atendimentos Individuais de ATER (3.000)	500	500	500	
Visita ordinária ao Grupo Gestor Local e ao Sistema de Dessalinização de água do Programa Água Doce (PAD)	308	9.240		
Visita extraordinária ao Grupo Gestor Local e ao Sistema de Dessalinização de água do Programa Água Doce (PAD)	44	132		
Visita de acompanhamento/supervisão às famílias atendidas pelo Programa 1ª Água	264	1056		

Visita ordinária ao Grupo Gestor Local e ao Sistema de Dessalinização de água do Programa Água Doce (PAD)	264	1056		
Visita de acompanhamento/supervisão às famílias atendidas pelo Programa 2ª Água	264	1056		
Evento de formação com as famílias atendidas pelo Programa 2ª Água	264	66	38	28
Oficina locais de diálogo com sociedade civil e poder público sobre a política de saneamento básico e recaatingamento	08	115	59	56
Construção de sistemas de reuso de águas totais	04	16	8	8
Realização de diagnóstico comunitário Projeto CIRANDA DE DIREITOS - POR UMA CAATINGA SUSTENTÁVEL nas 6 comunidades de atuação nos municípios de Santaluz e Retirolândia	06	75	60	15
Realização dos planos comunitários de desenvolvimento locais Projeto: CIRANDA DE DIREITOS - POR UMA CAATINGA SUSTENTÁVEL	06	84	65	09
Construção de espaços de quintais produtivos (horta x plantas medicinais x plantas) Projeto: CIRANDA DE DIREITOS - POR UMA CAATINGA SUSTENTÁVEL	06	120	85	35
Vistas as comunidades para construção de hortas comunitária	06	120	85	35

Dias de campos para acompanhamento dos sistemas de reuso das águas cinzas implementados em; Nova Fátima, Riachão Jacuípe	04	40	31	09
Oficinas municipais com as OSC sobre mudanças climáticas e convivência com o semiárido	06	60	38	22
Seleção de famílias para receber tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para consumo humano	20	588	411	177
Capacitação das famílias em Convivência com o Semiárido e Gestão da Água	20	588	400	188
Implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para consumo humano- cisternas de 16m ³	510	510	410	100

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA

PECONTE



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA
(PECONTE)**

**30 ANOS DO CONHECER, ANALISAR E TRANSFORMAR A
REALIDADE DO CAMPO (CAT)
CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SEMIÁRIDO DA
BAHIA**



Arquivo MOC: Foto Seminário 30 anos do Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade



Arquivo MOC – XV Intercâmbio Cultural com crianças e adolescentes

I – INTRODUÇÃO

Em 2024 o Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE) completou **30 anos de atuação**, através do Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo. São três décadas construindo conhecimentos e contribuindo nas políticas públicas de educação nos municípios da área de atuação.

Esse ano também foi o encerramento do ciclo do Planejamento Estratégico, que tinha objetivo geral: **“Crianças e adolescentes dos municípios de atuação do Programa tendo acesso aos direitos à educação contextualizada na perspectiva da Convivência com o Semiárido, alimentação saudável, esporte, cultura e lazer, expressando suas potencialidades criativas e contribuindo para desenvolvimento sustentável.** Chegamos ao final deste ciclo realizando avaliação dos resultados alcançados e dos impactos.

O PECONTE tem por público prioritário, crianças e adolescentes e para tal realiza ações de formação continuada com professoras e professores, coordenações municipais da Educação do Campo, rede de proteção de direitos e representantes da sociedade civil. Desenvolvendo estas ações em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a atuação acontece em comunidades do campo do semiárido da Bahia nos municípios de atuação do MOC, em sua maioria nos Territórios de Identidade Sisal e Bacia do Jacuípe: Araci, Baixa Grande, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Mairi, Nordestina, Nova Fátima, Quijingue, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, Serrinha e Valente. Em Feira de Santana, o MOC também realizou ações pontuais.

Durante todo o ano, os municípios de atuação trabalharam com o tema gerador/problematizador: **“Educação do Campo Contextualizada, Cidadania e Políticas Públicas no Enfrentamento da Crise Ambiental nos Territórios do Semiárido Baiano”.** Este foi o tema anual da Ficha

Pedagógica do CAT, diante da crise climática e necessidade de fortalecer a participação cidadã e debates de políticas públicas.

Finalizando o ciclo do Planejamento Estratégico do MOC (2014 – 2024) desenvolvemos as ações a partir de quatro eixos que são desmembrados em quatro objetivos específicos:

1. Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil:
 - **Objetivo Específico:** Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes;
2. Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária) respeitados e concretizados:
 - **Objetivo Específico:** Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades;
3. Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:
 - **Objetivo Específico:** Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas;
4. Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:
 - **Objetivo Específico:** Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

Buscando alcançar estes quatros objetivos, desenvolvemos durante o ano as ações descritas a seguir.

II - PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS CONFORME OS EIXOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.1 Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil

- **Objetivo Específico:** Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes.

2.1.1. Formação com Coordenações Municipais da Educação do Campo e representantes da sociedade civil organizada

Foram realizados quatro encontros de formações com as Coordenação Municipais da Educação do Campo (coordenadoras/es pedagógicos) para estudos de temáticas, planejamento e monitoramento das atividades a partir da temática anual da Ficha Pedagógica. Igualmente realizadas oficinas com estudos de especialistas sobre a crise socioambiental e ações para as escolas inserir no seu conteúdo.

Os quatro encontros contaram com a participação das coordenações municipais, professoras/es e representações da sociedade civil, aconteceram presencialmente em Feira de Santana. A primeira formação foi em março para aprofundamento da temática e planejamento, para desdobrar em estudos nos municípios, especialmente os estudos da Ficha Pedagógica.

O primeiro encontro foi de planejamento para as ações durante o ano. Proporcionou formação a partir do tema central da Ficha Pedagógica, e em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), realizou-se um estudo mais aprofundado sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobre desertificação, problemas ambientais e gerando diversas sugestões de possibilidades do trabalho nas escolas com crianças e suas famílias.

O destaque foi a Oficina Interdisciplinar e Contextualizada onde a proposta foi que cada grupo a partir da leitura dos textos: “Carta da Terra”, “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS” e “Xote Ecológico”, produzissem 15 atividades de cada área de conhecimento a partir do tema da Ficha Pedagógica, visando contribuir e socializar entre os educadores e educadoras possibilidades metodológicas para abordagem da temática durante o ano letivo.

Com a sociedade civil presente neste Encontro, houve trabalhos de grupos específicos e se discutiu e construiu sobre duas situações:

1- O que a sociedade civil se propõe em construir nas comunidades para reduzir danos ambientais causados pela crise ambiental?

- Fazer diagnóstico participativo com a comunidade sobre problemáticas das mudanças climáticas;
- Formação de base com comunidades, escolas, associações, sociedade civil. Ex. rodas de conversas, exposição de estudos, etc. para formulação de políticas públicas locais.

2- Como a sociedade civil pode se articular nos territórios para melhorar a qualidade da educação do campo nos municípios e evitar fechamentos de escolas do campo?

- Participar das formações e fazer valer os conselhos municipais;
- Criar fóruns;
- Visitar escolas;
- Incentivar as famílias a entender a escola do campo e matricular seus filhos;
- Lutar pela implementação da Lei de Educação do Campo no município;
- Audiência pública, com a participação popular, visando o diálogo com o poder público, bem com a formulação de políticas;

Nesse encontro também foram apontadas algumas dificuldades e desafios, como por exemplo: questões referentes a pouca participação da sociedade civil, equipe da coordenação reduzida para articulação da Educação

do Campo nos municípios, resistência de alguns professores para o trabalho com a Ficha Pedagógica e pouca participação das famílias.

Como avanços, foram registrados pelo município Barrocas, fortalecimento/visibilidade da Educação do Campo. Implementação da pedagogia da alternância do 1º ao 5º ano em toda rede Inclusão da agenda formativa no calendário escolar. Construção de recurso pedagógico contextualizado. Realização de concurso: práticas e produções artísticas no semiárido. Realização de concurso: práticas e produções artísticas no semiárido. Sexta-feira da agricultura familiar e 8º semana do meio ambiente-CAT Barrocas. A sociedade civil registrou a necessidade de realização de visitas as escolas/comunidades (reuniões nas associações), visita à SEDUC-Coordenação do CAT/Baú, reunião com as organizações: APLB, Cooperativas, associações., igrejas e coletivos. Além de ser fundamental provocar a FATRES, universidades e IFBAIANO. E estabelecer diálogos com os projetos ATER/MOC, secretária de agricultura e os conselhos municipais.

No segundo encontro, realizado em junho, além da avaliação e planejamento, aprofundou-se temáticas sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a crise climática, em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Trabalhou-se com diversos elementos dos ODS para inserção nos conteúdos na sala de aula.



Apresentação sobre ODS pela Dra. Joselise Maria Chaves

Buscando contribuir com a saúde mental, foi realizada uma “Roda de Escuta Psicossocial”, com a psicóloga Marcia Oliveira destacando-se a importância do cuidado com sobrecarga, a saúde mental, o papel de cada profissional: de professor/a e de gestão. As gestoras presentes destacaram que muitas vezes sentem-se sozinhas, pois precisam atender demandas de professoras/es, de estudantes e funcionários. Foram apresentadas algumas sugestões de como melhorar a saúde mental.

Já o terceiro encontro, buscando conhecer a realidade em cada local, foi feito a orientação para avaliar a prática, construindo um grande painel, onde cada município presente apresentou resultados do trabalho até o momento. Aprofundando o debate de cidadania e de visão crítica de mundo, tão necessário aos educadores e educadoras.

Por se tratar de um ano de eleições municipais, o tema da Ficha Pedagógica trouxe a questão da cidadania, continuando com o aprofundamento da temática da Ficha Pedagógica. A Professora Dra. Nacelice Freitas, fez uma apresentação sobre conjuntura política, trazendo elementos atuais que passa o Brasil e mundo. Destacou em sua apresentação as destruições ambientais. Todos eventos de destruição da natureza, chegam em todo lugar, não existe um lugar isolado.

Houve um debate sobre as questões, relacionando com as ações que cada escola pode desenvolver, ampliando visão crítica e contribuindo para redução dos impactos causados pela crise climática. Nesse terceiro encontro, foi construída uma **“Carta Política” em defesa da Educação do Campo**, para ser entregue aos candidatos e candidatas a cargo executivo e legislativo em cada município.

O quarto encontro de avaliação anual, aconteceu em dezembro, privilegiando momentos de trabalhos em grupos e socialização em plenária dos avanços, dificuldades e estratégias para ações em 2025.

Todos destacaram o aprendizado e a metodologia do projeto que seguiram na vida acadêmica e na vida pessoal. Houve boa interação com a plenária, também trazendo destaques.

Em alguns municípios, percebeu-se uma dificuldade em compreender bem a metodologia CAT e criou-se então espaço para aprofundar a metodologia e centrar formações neste particular.



Foto: Segundo dia do Seminário 30 anos do CAT

Um grupo formado por representantes da sociedade civil, debateu as dificuldades que as entidades enfrentam, destacando pouca participação da mesma nas ações de Educação do Campo, encontrando dificuldades em inserir os debates nas pautas de suas entidades.

Nesse Encontro, que foi a celebração dos **30 anos do CAT**, também realizou-se um debate sobre o papel da sociedade civil na construção da Educação do Campo. O encontro contou com a participação de um representante da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), José Ramix de Melo com uma palestra sobre a conjuntura do campo, da agricultura familiar e sua relação com a Educação do Campo Contextualizada. A fala de Ramix promoveu um debate interessante, especialmente pelo não fechamento das escolas do campo e o papel dos movimentos sociais e da sociedade civil para fazer a incidência política nos municípios. Definiu-se realizar uma campanha contra fechamentos da escola.

Momento importante foi o trabalho em grupos para planejar ações par o próximo período, a partir das dificuldades encontradas. As principais estratégias foram as seguintes:

- Articulação com o município para viabilizar contratação de coordenações específicas para o trabalho com o projeto CAT e Baú de Leitura;
- Formação continuada para professoras e professores no próximo período, de forma mais processual;
- Inserção na Jornada Pedagógica e nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas a dimensão da sustentabilidade;
- Criação do Projeto de Lei Municipal da Educação do Campo onde não existe e atualização onde foi construída, inserindo elementos da nova Base Nacional Curricular Comum e elementos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Aquisição de mais Baús e atualização dos existentes, fortalecendo a metodologia;
- Divulgação das temáticas trabalhadas com o CAT, das problemáticas encontradas, reforçando o Transformar;
- Criação do cronograma anual de ações da Educação do Campo e encaminhamentos para o poder público a fim de garantir o financiamento;
- Criação de fórum ou comissão municipal de Educação do Campo;

No Seminário dos 30 anos do CAT, também definiu-se o tema geral da Ficha Pedagógica de 2025. Houve um amplo debate e reflexões sobre a crise socioambiental e como as escolas do campo podem inserir em seus conteúdos o os debates, a partir dos anos iniciais. Depois de muita reflexão, o tema ficou:

“Educação do Campo Contextualizada Contribuindo para as Resiliências Climáticas diante da Crise Socioambiental no Semiárido.”





Fotos: durante o Seminário 30 anos CAT, apresentação teatral de crianças.

2.1.2 Formação com Professoras e Professores:

Formações com professoras/es nos municípios tem sido fundamental para alcançar uma quantidade maior e aprofundar a metodologia. Em 2024 foram realizadas **12** formações municipais, com temáticas, especialmente sobre educação antirracista, não sexista, leitura lúdica e contextualizada, sobre crise climática, e **09** Formações para construção Fichas Pedagógicas. As Oficinas de construção das Fichas se configuraram também como momentos formativos de “aprender fazendo”, com os passos do itinerário pedagógico. Também foram realizadas **06** Formações Regionais, com troca de experiências entre professores de diversos municípios, com temáticas sobre Crise Climática, Racismo Ambiental, Educação Antirracista e Concepção de leitura lúdica e contextualizada.

Processo metodológico que tomou bastante tempo e espaço foi a busca de se dinamizar a leitura na escola e nas casas. Para tanto se debateu e formou os professores/as na dimensão da leitura contextualizada, a partir do Baú de Leitura.

O Projeto Baú de Leitura é uma proposta de leitura contextualizada com uma metodologia lúdica e crítica que busca construir leitores, através de processos formativos. Para atuação com o Projeto Baú de Leitura, realizaram-se oficinas voltadas à sensibilização e aprofundamento da leitura lúdica e

contextualizada. Foram adquiridos **18 (dezoito)** Baús de Leituras para doação aos municípios e revitalização dos que existem, bem como garantir às crianças e adolescentes o direito do acesso à literatura. Os títulos de livros dos Baús de Leituras, em sua maioria, foram na dimensão do cuidado ambiental e sustentabilidade.

A crise ambiental que o mundo todo está sofrendo, nas comunidades onde atuamos está também presente, com secas, temperaturas elevadas e dificuldades de plantio e colheita. Estes elementos, transformaram em conteúdos nas formações e incentivo para o dialogar com as famílias.

Como **resultados** das ações formativas, tanto com as coordenações municipais, quanto com professores, avaliamos que se fortaleceu mais a proposta de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido nos municípios. A entrega da Carta Política, exigindo compromisso de candidatos para a defesa da política pública de Educação do Campo nos municípios, foi um instrumento mobilizador e de defesa da melhoria da qualidade da educação.

As formações dos professores/as teve forte efeito multiplicador. As crianças estão mais sensíveis para cuidado ambiental, compreendendo alguns processos de aquecimento, formas de tratar o solo, importância de se alimentar de forma saudável com produtos não industrializados, entre outras questões.

Destaca-se também como resultado, o compromisso maior dos professores e professoras com a defesa da Educação do Campo. Houve, porém, mudanças de algumas gestões municipais, o que exigirá no próximo período um novo diálogo para continuidade e fortalecimento da proposta.

Há também desafios que precisam ser superados no próximo período, como aprofundar a compreensão da crise climática, contextualizando-a com as ações da escola, e melhor compreensão do itinerário do CAT, pois alguns professores novos ainda separam: momento de trabalhar a problemática X momento de trabalhar os conteúdos, operando-os de forma estanque, como se fosse dois trabalhos. Com as mudanças das gestões municipais, também há necessidade de intensificar novas formações no próximo período e estreitar os diálogos com novos gestores e coordenadores.

Como resultado de processo, podemos ainda destacar:

- Coordenações municipais e professoras/es com maior sensibilização para as questões da crise climática, percebendo-se que não é algo distante, da mídia, mas está presente em cada comunidade e mexe com a vida de todas as crianças, famílias, enfim da comunidade, necessitando que a escola possa contribuir para reduzir os impactos;
- 14 Fichas Pedagógicas Municipais construídas pelos próprios municípios com temáticas relacionadas às questões ambientais e buscando mudar a realidade nas comunidades;
- Melhor compreensão sobre a necessidade de Recaatingamento, com doações de mudas e plantação de árvores da caatinga chamando a atenção para necessidade de redução dos danos causados pelas mudanças climáticas;
- Dias de estudos municipais promovidos pelos próprios municípios a partir das formações com as coordenações que o MOC e UEFS fizeram, envolvendo mais de **480** professores nestas formações locais;
- Práticas de estudos inovadoras como Cartografia Participativa, trabalhando nas escolas geografia e matemática com as questões climáticas – identificando os problemas na comunidade;
- Maior participação das famílias nas “devoluções” do CAT (socialização dos problemas encontrados) a partir do que a escola descobriu e juntos buscando soluções, compreendendo as questões ambientais.

Um resultado interessante a fortalecido é que hoje há um **coletivo de Coordenadores da Educação do Campo**, com participação de vários municípios, que debatem, refletem e planejam ações em cada local.





Fotos: Formação com coordenações municipais de Educação do Campo

2.1.3 Mobilização e formação continuada com Representantes da Sociedade Civil Organizada:

A Educação do Campo tem como princípio a participação dos sujeitos do campo. O PECONTE tenta envolver estes sujeitos a partir das associações comunitárias, cooperativas, sindicatos, entre outras. Porém, os desafios ainda persistem. Esse ano tentou reanimar, com reuniões, realizações de seminários, mas, ainda encontra dificuldades de maior envolvimento da sociedade civil, contando com pouca participação efetiva e a pauta não é debatida nas entidades. O MOC está repensando esta ação.

Porém, ainda é muito tímida e ainda não encontramos caminhos para uma maior participação. O debate realizado com a Confederação dos Trabalhadores a Agricultura – CONTAG em dezembro provocou uma reanimação, onde as entidades presentes, tiraram um plano de ação, para a partir de 2025 realizar mais ações, acompanhar as formações nos municípios e as escolas. As lideranças que participaram dos momentos formativos, assumiram o compromisso de buscar outras lideranças e de realizar atividades municipais, fazer um levantamento (diagnóstico) de como estão as escolas do campo, a metodologia, a alimentação escolar, e buscar fazer incidência política para melhoria da educação.

Cada município ficou de realizar um Seminário mobilizar no início do próximo ano, bem como se envolver nas Jornadas Pedagógicas e nas

construções das Fichas Pedagógicas e acompanhar mais de perto a Educação do Campo nos seus municípios.

2.2 Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária)

- **Objetivo Específico: Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades.**

Desenvolver atividades lúdicas com crianças e adolescentes, buscando contribuir para fortalecer as expressões criativas e o direito à arte e à cultura. Nesse sentido, realizamos **13** (treze) **Dias Lúdicos** em Educação Contextualizada e Educomunicação. Os dias lúdicos foram realizadas nas comunidades no turno oposto à escola. Igualmente, foram realizados “Acampanamentos de Leituras”, incentivando a leitura lúdica e contextualizada com as crianças e adolescentes, ao ar livre, sempre explorando os elementos da natureza, da caatinga como aprendizagem significativa.



Fotos Acampanamentos de Leitura

Esses Dias Lúdicos e “Acampamentos de Leitura” tiveram como objetivo, além de proporcionar momentos de aprendizagens significativas, avaliar a aprendizagem das crianças com elementos de Educação Contextualizada. Ainda na dimensão lúdica, foram realizadas Oficinas de Educomunicação, buscando sensibilizar para o uso das mídias e redes sociais de forma crítica e cuidadosa, utilizando para divulgação de direitos. Ou seja, compreender a Educomunicação como direito a ser utilizado nas escolas e a fazer bom uso das tecnologias.

As oficinas sobre de Educomunicação com o uso de tecnologias educacionais na Educação Contextualizada, proporcionaram um espaço enriquecedor de aprendizagem e troca de saberes. As crianças e adolescentes puderam não apenas adquirir novas habilidades tecnológicas, mas também refletir sobre questões sociais relevantes, como inclusão, igualdade de gênero e o papel da educação na transformação de suas realidades, bem como debates sobre a crise climática, tema da Ficha Pedagógica. Como resultado, foram produzidos 12 vídeos educativos.

A continuidade desse tipo de atividade é fundamental para fortalecer o protagonismo juvenil, promover uma educação mais inclusiva e contribuir para a formação de cidadãos conscientes e participativos. Essas oficinas mostraram que as tecnologias, quando utilizadas de forma crítica e contextualizadas, podem ser poderosas aliadas no processo de ensino-aprendizagem.



Oficina de Educomunicação Comunidade Barbosa - Araci

Após as realizações de Dias Lúdicos, com Acampamentos de Leituras e Oficinas de Educomunicação, realizamos o **XV Intercâmbio Cultural e Troca**

de Saberes com Crianças e Adolescentes das Escolas do Campo. O Intercâmbio é um momento especial que o MOC realiza há 15 anos, no mês das crianças. Participaram crianças, adolescentes e professoras/es de 16 municípios de atuação. Com apresentações culturais a partir da temática da Ficha Pedagógica, bem como conhecimentos produzidos nas escolas.



Foto: XV intercâmbio cultural de crianças e adolescentes -31 de outubro 2024

Na avaliação sobre a realização do Intercâmbio, os aspectos positivos, as crianças e adolescentes destacaram as aprendizagens, a integração com crianças de outros municípios, as brincadeiras e as apresentações culturais.

Um resultado que percebemos do trabalho com as crianças, é nível de compreensão do contexto do Semiárido, diferente de crianças de outros municípios que não desenvolvem o CAT e o Baú de Leitura. A partir de um diagnóstico aplicado (avaliação de múltiplas aprendizagens) com crianças do CAT, estas alcançaram índices de aprendizagens superiores em mais de 20% às crianças não-CAT. Outro elemento a destacar é que municípios que desenvolvem a proposta CAT e Baú de Leitura, possui o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mais elevado como o caso de Barrocas, Retirlândia, Valente, entre outros.

Em 2024, o MOC contou com um apoio importante da Unesco, com o Projeto Ser'Tão Criança, foi possível ampliar as ações diretamente com este público. Porém, os desafios continuam com a necessidade de fazer mais ações e fortalecer mais as formações com professores e professoras que trabalham o dia a dia com as crianças e adolescentes.

2.4. Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:

- **Objetivo Específico:** Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas.

O processo formativo exige produção de textos, bem como sistematização das experiências que servem de aprendizagem. Neste ano, foram construídos artigos sobre o CAT e publicado em Encontro de Educação do Campo Contextualizada da RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro.

Um marco em 2024 foi a construção coletiva do Livro **Projeto CAT: Uma caminhada de 30 anos construindo a Educação do Campo no Semiárido Baiano**. O livro conta com artigos de professoras/es, coordenações municipais, pioneiros do projeto, além da Equipe do Programa de Educação do Campo do MOC. Foi coordenadora pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o MOC, com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).



Foto Capa do livro e lançamento com algumas pessoas autoras de textos.

O livro traz a história do CAT e vários artigos com experiências práticas nas escolas do campo, destacando a metodologia e resultados alcançados.

Embora foram tirados poucos exemplares, busca-se a partir do início do ano fazer um *E-book* para disponibilizar de forma virtual.

2.5 Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:

- **Objetivo Específico:** Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

Fizemos incidência política em âmbito municipal, territorial, estadual e nacional, em defesa dos direitos de Educação do Campo contextualizada para convivência com o Semiárido e direitos de criança e adolescente. Também incentivamos nosso público professores, representantes de entidades da sociedade civil e coordenações a participar de espaços.

2.5.1. Em âmbito nacional:

- **Conferência Nacional de Educação – CONAE 2024**

Participamos da Conferência Nacional de Educação – CONAE 2024. A partir da articulação com o Fórum Estadual de Educação do Campo e a Rede de Educação do Semiárido conseguimos aprovar proposta de Educação do Campo, bem como a aprovação da revogação do Novo Ensino Médio que reduziu a carga horária das disciplinas das áreas de Ciências Humanas, como Filosofia, Sociologia, História, Geografia entre outras.

Algumas professoras e coordenadoras municipais do CAT também participaram da Conferência o que foi muito interessante em debates e atualizações para construção do Plano Nacional Decenal de Educação.

A Conferência Nacional é um marco importante e histórico da educação no Brasil, pois os participantes de todo o país, debatem e aprovam concepções, objetivos, metas e estratégias de ações para os próximos anos. E esta teve uma condicionalidade que era aprovar o Plano Decenal Nacional de Educação (da alfabetização à pós-graduação).



Fotos: Representante do MOC e plenária da Conferência Nacional de Educação

- **Encontro Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas**

O MOC foi uma das entidades organizadoras do Encontro Nacional da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Salvador – Bahia, com participação de todos os estados do Brasil. O Encontro fez a avaliação das conquistas e desafios dos **25 anos da Educação do Campo**, com reflexões sobre os rumos e a necessidade de maior incidência dos movimentos sociais para construção e ampliação da política pública nacional da Educação do Campo.

O MOC contribuiu com construção de proposições políticas nos grupos de trabalhos e nas plenárias com encaminhamentos aprovados para o plano de ação dos fóruns e redes.



Foto: Contribuições do MOC em plenária geral do Encontro

- **Fórum Nacional dos Direitos de Criança e Adolescente**

O MOC participou de três reuniões do Fórum Nacional dos Direitos de Criança e Adolescente para debater resoluções na defesa dos direitos, bem como estratégias de atuação para combate ao trabalho infantil, à violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como funcionamento dos conselhos de direitos e fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos de Criança e Adolescente (CONANDA).

- **RESAB** – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro.

Neste ano o MOC participou das reuniões da Executiva da RESAB que contribuiu, de forma articulada, nos debates do FONEC e continuou na luta articulada em universidades e municípios na defesa de uma Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido. O debate sobre a necessidade de produção de materiais didáticos contextualizados e de formação para implantação da Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido

2.5.2 Espaços de Incidência Política em âmbito estadual:

- **FEEBA – Fórum Estadual de Educação da Bahia** – um espaço institucional, junto com a Secretaria Estadual de Educação, Universidades e organizações da sociedade civil. Em 2024 encontramos dificuldades em estar mais presentes nas reuniões do FEEBA que vem debatendo a Educação Integral na Bahia, o Ensino Médio e Educação Profissionalizante. Nosso foco de incidência tem sido a defesa de não fechamento das escolas do campo, bem como a educação contextualizada para convivência com o Semiárido e melhoria da qualidade. É um espaço importante de incidência política pois conta com governo e sociedade civil nas mesas de debates;
- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo, é uma articulação da sociedade civil organizada e conta com participação de universidades. Em 2024 houve o Encontro Estadual de Educação do Campo, o qual MOC participou juntamente com professoras e algumas coordenações municipais, debatendo o diagnóstico das escolas do campo na Bahia, a campanha contra fechamento de escolas e por mais políticas públicas de apoio à Educação do Campo. Também houve reuniões da Executiva do FEEC;
- **CECA** – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Início do ano 2025 vencerá o mandato. O MOC deu continuidade à sua participação no CECA enquanto conselheiro e também componente da Mesa Diretora e Relator da Câmara Técnica de Orçamento e Finanças. Importante espaço de articulação e proposição de políticas públicas para criança e adolescente no Estado da Bahia. Foi aprovado um Edital de Chancela, bem como Edital de Projetos para entidades da sociedade civil concorrer, a partir de 2025. Houve várias plenárias descentralizadas do CECA: Carinhanha, Porto Seguro, Paulo Afonso, para levar o Conselho até os municípios do interior e fortalecer o mesmo.

2.5.3 Espaços de Incidência Política em âmbito municipal:

- **CMDCA** - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Feira de Santana. O MOC continuou a atuação no ano de 2024 neste conselho que debate a pauta e proposição de políticas públicas para o município de Feira de Santana. Este ano o Conselho trabalhou na elaboração de editais, na organização e problemas outros de violação de direitos, debateu os crescentes dados sobre violência contra crianças e adolescentes na cidade e de famílias que se encontram em situação de rua. No final do ano, houve a eleição para nova gestão do CMDCA e o MOC ficou como suplente.

III - ALGUMAS REFLEXÕES CONCLUSIVAS

A crise socioambiental que atinge toda humanidade, devido ao sistema predatório capitalista, também atinge as comunidades do campo onde desenvolvemos as ações. Agrava-se que as crianças e adolescentes são sujeitos que mais sofrem com a crise. E a escola não pode se omitir diante da crise. Nesse sentido, trabalhamos o ano todo, buscando realizar as formações com reflexões e incentivo às práticas que contribuam para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o direito à Educação com qualidade e modificação de práticas a partir da escola. Os resultados alcançados a partir das formações são perceptíveis, especialmente na compreensão que realmente a crise climática não é algo distante, mas bem próximo e que a escola precisa se envolver em seu combate.

Adotar medidas de resiliências à crise socioambiental tem sido um grande desafio. A escola pode e deve contribuir para a redução dos impactos trabalhando conteúdos que ajudem a sensibilizar para mudanças de atitudes tanto com as crianças, quanto com as famílias. A exemplo do tratamento da água, não desperdiçar, orientar famílias a não fazer queimadas, não usar agrotóxicos, incentivar a mudar a forma de consumo, desde alimentação escolar consumir produtos da agricultura familiar, incentivar o recaatingamento, entre outras ações.

Nesse sentido, em 2025 o trabalho será intensificado com a temática anual definida: **“Educação do Campo Contextualizada, contribuindo para resiliências climáticas diante da crise socioambiental no Semiárido Baiano”** Pesquisar sobre os principais problemas ambientais e ajudar a comunidade a resolver.

IV - PÚBLICO ENVOLVIDO DIRETA E INDIRETAMENTE EM 2024:

- Coordenações Municipais Educação do Campo (CAT/Baú de Leitura) 56;
- Professoras/es do CAT: 545;
- Professoras/es com Baú de Leitura (inseridos no CAT): 481;
- Crianças e Adolescentes (com CAT/Baú de Leitura): 16.930;

- Representantes de entidades da sociedade civil: 36.

As professoras e professores que estão inseridos no Baú de Leitura, são as/os mesmas/os que estão no CAT, pois é a proposta de leitura contextualizada que inserimos nas escolas da rede municipal. Desafio próximo período é inserir no Ensino Fundamental II esta proposta.

A seguir uma quantificação mais específica e qualificada do público inserido/envolvido nas nossas atividades realizadas nesse ano:

RESUMO QUANTITATIVO DO PÚBLICO ENVOLVIDO NAS AÇÕES EM 2024:

Atividade e Público Direto	Média total de Atendimento Público	Gênero		Raça /Etnia			
		Fem	Mas	Negra	Parda	Branca	Indígena
04 Formações continuadas com Coordenadores (para avaliação, planejamento pedagógico e estudos temáticos) Com Coordenações Municipais da Educação do Campo (CAT e Baú de Leitura)	178	155	23	61	78	37	02
18 aquisição e entrega de Baú de Leitura (crianças e adolescentes) Serão entregues início de 2025	720	388	332	252	313	149	06
02 Oficinas Regionais de Sensibilização do Baú de leitura e crítica dentro da educação contextualizada (Professoras/es)	68	53	15	14	21	33	-
13 Dias lúdicos com Educação Contextualizada com crianças sobre temática de educação	302	164	138	65	133	104	-

do campo e convivência com o semiárido e jogos cooperativos – com crianças e adolescentes							
01 Encontro regional com crianças de diferentes realidades para intercâmbios, construção e troca de saberes sobre cultura, educação do campo contextualizada e diretos e avaliação de aprendizagem.	40	27	13	22	11	07	-
03 Acampamentos de Leitura com crianças	65	35	30	15	28	22	
01 Gincana cultural e intercâmbio regional com crianças e educadora/es do campo que participam do projeto e outras para avaliação de múltiplas aprendizagens e desenvolvimento	40	21	19	11	21	09	-
12 Oficinas de formação sobre concepção de Educação do Campo contextualizado, na dimensão da agroecologia, sustentabilidade, educação antirracistas e jogos cooperativos – com Professoras/es	276	220	56	130	115	29	02
03 Rodas de diálogos sobre Educação Contextualizada e Socioambiental com a comunidade escolar	62	45	17	13	28	21	
09 Encontros de construção de ficha pedagógica nos municípios com Professoras/es e Coordenadoras/es	225	180	45	45	117	63	
06 Oficinas Regionais sobre leitura	132	105	27	28	64	38	02

contextualizada, educação antirracista, não sexista, crise climática							
03 Reuniões municipais com representantes de entidades da sociedade civil	32	20	12	08	15	08	01
02 Seminários Regional com representantes da sociedade civil	65	38	27	21	31	12	01
03 Ciclo de apoio psicossocial com crianças	46	26	20	12	22	12	
03 Reuniões do projeto Agenda 2030.	45	23	22	19	18	08	-
Seminário 30 anos do CAT	92	67	25	21	42	26	03
Total de atendimento 2024	2.388	1.567	821	737	1.057	577	33

EQUIPE DE EDUCAÇÃO EM 2024:

- Ângela Maria Cerqueira das Virgens
- Fredson Araújo Costa (Até maio 2024)
- Jorge Luís Nery de Santana (Colaborador esporádico)
- Maiane de Figueredo Nascimento
- Rita de Cássia Borges de Almeida
- Valdir Ferreira Alves
- Vera Maria Oliveira Carneiro (Coordenadora)

PROJETOS QUE FINANCIARAM AS AÇÕES DE PECONTE EM 2024:

- Action-aid- Brasil;
- Agenda 2030 no Semiárido Baiano;
- CROSSING BORDERS – Áustria;
- Edu-Cativando na Caatinga;
- KNH – Alemanha;

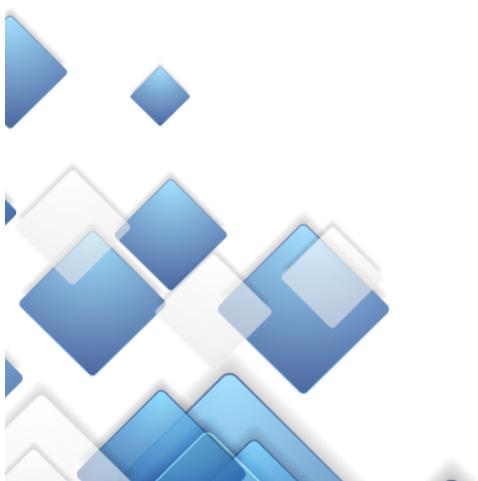
- TDH – Suíça;
- Unesco – Ser 'Tão Criança.



Foto: Reunião Equipe PECONTE de dezembro 2024

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

PCOM



PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA – PCOM

I – INTRODUÇÃO

Há um debate estabelecido na sociedade: qual o papel da comunicação?

Em 2024, o MOC reafirmou sua identidade como uma organização comprometida com a transformação social, fortalecendo a comunicação como uma estratégia estruturante para alcançar resultados, ampliar o impacto das ações e, sobretudo, dar visibilidade e voz aos sujeitos do Semiárido baiano. A comunicação no MOC significa, deste modo, fazer valer a narrativa de que os direitos dos pobres devem ser respeitados, suas vozes ecoadas e ouvidas e sua participação na construção da sociedade, valorizada e buscada. E, como estamos sediados no semiárido, fazer ecoar que este território é bonito, seu povo lutador e sujeito de seus caminhos. O semiárido é viável desde que a ele sejam dirigidas políticas adequadas.

II – ATIVIDADES

Na perspectiva acima delineada é que atuou o Programa de Comunicação do MOC. Através de um trabalho planejado, criativo e intencional, a comunicação institucional assumiu um papel de destaque, atuando transversalmente nas diversas áreas do MOC. Foram 390 publicações no Instagram, 81 matérias no site, 41 vídeos produzidos, 520 peças diagramadas e 50 reuniões virtuais realizadas, consolidando um fluxo contínuo de diálogo com os territórios, organizações parceiras e a sociedade em geral. Esse esforço gerou 430 mil visualizações e engajou uma audiência que já ultrapassa 31.460 seguidores nas redes sociais.

moc_movimento

Quais são as novidades?



MOC

3.031 posts

18,7 mil seguidores

1.819 seguindo

Organização Não Governamental (ONG)
O MOC há 57 anos lutando por um Sertão Justo.... mais
linktr.ee/MOCmovimento

Painel profissional

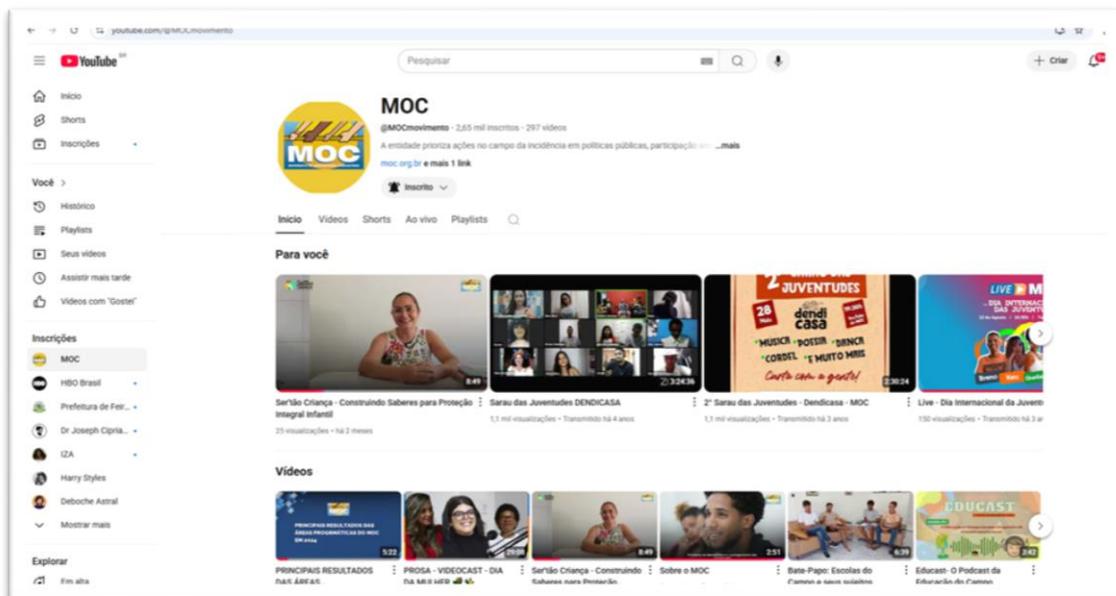
128,1 mil visualizações nos últimos 30 dias.

Editar perfil

Compartilhar perfil



Perfil do Instagram do MOC



Canal do Youtube do MOC

Mas mais do que métricas, a comunicação no MOC é sobre pessoas, territórios e lutas coletiva, direitos alcançados e/ou buscados. Cada conteúdo disseminado foi construído com o propósito de valorizar e fortalecer o protagonismo de mulheres, jovens, agricultores/as, educadores/as, povos e comunidades tradicionais, empreendedores/as da economia popular e solidária, entre tantos outros sujeitos que movem o Semiárido com dignidade e esperança.

Em 2024, também atuamos em importantes espaços de incidência política, fortalecendo a comunicação como ferramenta de mobilização social, denúncia de desigualdades, defesa de direitos e disputa de narrativas. Através da comunicação, o MOC esteve presente em fóruns, redes e campanhas que dialogam com as causas que defendemos — contribuindo para fortalecer políticas públicas voltadas à educação contextualizada, à agroecologia, à economia solidária e à convivência com o Semiárido.

A cada ação, reafirmamos que comunicar é também atuar politicamente, construir sentidos, formar opinião e transformar realidades.

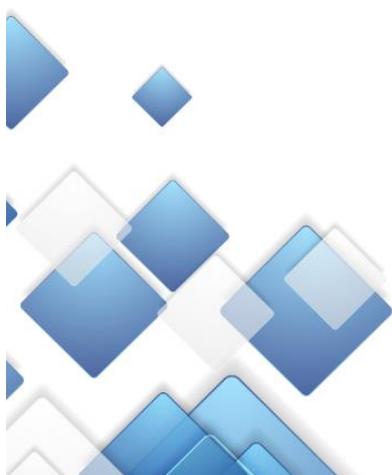
III - OLHARES PARA 2025

Ao olhar para o futuro, desejamos que 2025 seja um ano de consolidação e expansão, com a implementação efetiva do nosso Programa de Comunicação e Cultura (PCOM), estruturado de forma transversal e estratégica para potencializar as ações do MOC. Esse programa busca não apenas fortalecer os canais de diálogo com os territórios e as comunidades, mas também aprofundar o uso da comunicação como instrumento de educação, mobilização, formação e transformação social, sempre a partir das realidades e das vozes que emergem do Semiárido.

Nesse novo ciclo, a comunicação do MOC reafirma seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e o enfrentamento às mudanças climáticas, contribuindo com narrativas que valorizam práticas sustentáveis, saberes ancestrais, o cuidado com o território e a preservação do bioma Caatinga. Queremos ampliar a visibilidade de experiências de convivência com o Semiárido, agroecologia, tecnologias sociais e justiça ambiental, destacando o papel essencial das comunidades na construção de soluções diante das crises climáticas.

**PROGRAMA
DE FORTALECIMENTO
DE EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS**

PFEES



Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários – PFEES

I – INTRODUÇÃO

O ano de 2024 foi marcante, significativo para o Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES) do Movimento de Organização Comunitária (MOC). Através desse Programa, foi dada a largada à retomada da atuação do MOC no município onde está sediada a instituição, com início de novos projetos, como o Programa Vida Melhor Urbano, que ocorre em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social (SEADES), voltado para o atendimento com Assistência técnica à trabalhadoras/as por conta própria da Economia Popular e Solidária, para comunidades de Feira de Santana. Destaca-se também o Projeto Manoel Quirino, que tem como objetivo contribuir para a promoção de capacitação social e profissional possibilitando a qualificação social e profissional de pessoas no Território de Identidade do Portal do Sertão.

Ressaltamos a continuidade no acompanhamento das iniciativas do Projeto “Avicultura Caipira: difusão tecnológica e inclusão socioprodutiva” em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil, que teve como objetivo desenvolver a cadeia produtiva da avicultura na região do Portal do Sertão, promovendo a inclusão socioprodutiva, também contribuiu para o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários.

Esses projetos não apenas impactaram a vida das pessoas envolvidas, mas também contribuíram para a transformação das realidades locais, marcando um novo ciclo de desenvolvimento e fortalecimento das iniciativas solidárias.

A equipe do programa tem se empenhado em desenvolver diversas ações em colaboração com parcerias de diferentes esferas, tanto governamentais quanto privadas, incluindo entidades de cooperação internacional e realizadas interfaces com outros programas.

Os projetos mencionados focam um público diverso, com ênfase em na organização de associações, cooperativas e grupos informais de mulheres. Além

disso, a manutenção/ e formações de novas redes de empreendimentos municipais a exemplo a AMMTRAFAS que vem se mantendo organizadas. E novas redes como o Coletivo dos Grupos de Produção de Teofilândia e o de Retirolândia e a manutenção dos pontos fixos de comercialização.

Outro ponto importante a ser destacado, é a assessoria da equipe técnica aos empreendimentos coletivos, na elaboração de propostas para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e para o Programa Nacional de alimentação Escolar – PNAE, e de estruturação dos espaços de produção e de comercialização. Em interface com outros Programas vem potencializando essas ações em projetos como Agenda 2030, Educativando na Caatinga, Semeando o Bem viver.

Para o novo ciclo de 2025 o programa já inicia com um novo Projeto em interface com o PGGIR “Elas à frente dos quilombos” em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da autonomia econômica e social das mulheres rurais quilombolas em situação de vulnerabilidades com vistas a inclusão sócio produtiva e promoção da equidade de gênero e raça no território do Sisal.



II - OBJETIVOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Populações de municípios do estado da Bahia fortalecem seu trabalho e renda por meio de empreendimentos populares e solidários, aprimorando suas capacidades de participação, gestão, produção, consumo, comercialização e serviços, contribuindo para uma economia justa, inclusiva e solidária.

- **Objetivo Específico 1 – Gestão e Participação Social:** Promover os processos de organização e articulação dos EES e das Redes, na perspectiva da autogestão, da equidade de gênero e participação social;
- **Objetivo Específico 2 – Acesso à Mercados:** Estimular os processos de produção e comercialização dos EES e Redes, para o acesso aos mercados (institucional, convencional e diferenciado), com ênfase no institucional;
- **Objetivo Específico 3 – Incidência Política:** Contribuir nos processos de fortalecimento das políticas de Economia Solidária a partir da participação da equipe nos espaços estratégicos de proposição/elaboração/coo execução.

III - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Na sequência vamos relatar as atividades desenvolvidas em 2024, na busca de conseguir o atingimento dos objetivos:

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

a) Descrição das ações:

A Gestão e Participação Social é um pilar para o sucesso dos empreendimentos assessorados pelo PFEES, pois proporciona uma base sólida para a autogestão e a

independência. Ao adotar novas práticas gerenciais, as organizações conseguem não apenas otimizar seus processos internos, mas também estimular a participação ativa dos membros da comunidade. Isso gera um ambiente colaborativo que fortalece a coesão social e a responsabilidade compartilhada. Além disso, a gestão participativa permite que todos os envolvidos tenham voz nas decisões, aumentando o comprometimento e a motivação. Com isso, os empreendimentos se tornam mais resilientes e adaptáveis, garantindo sua sustentabilidade a longo prazo. A implementação de práticas de gestão que priorizam a participação social é, portanto, um caminho eficaz para promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas. A equipe do PFEES, vem aprimorando seus conhecimentos através de formações, para estarem sempre atualizados das novas ferramentas, práticas que surgem como demandas dos EES, visando que tais, não se percam diante as exigências externas que são impostas, pondo em risco a auto sustentabilidade.

As ações realizadas em 2024 refletem um compromisso com o fortalecimento das práticas gerenciais dos empreendimentos. As visitas técnicas e encontros comunitários, especialmente no âmbito do Projeto que são executados na zona rural, são uma excelente estratégia para promover a troca de experiências e o aprendizado prático. Esses momentos de interação permitem que os empreendedores vejam, na prática, como outros grupos gerenciam suas atividades, enfrentam desafios e implementam soluções criativas. Essa experiência se consolida nas trocas de experiências, onde os técnicos relatam sua atuação no acompanhamento dos empreendimentos, cada um em seu respectivo projeto, a exemplo: Agenda 2030 /Horizonte 3000, Semeando o Bem viver/Petrobrás, e Educativando na Caatinga/KNH, entre outros. Foram realizadas oficinas para readequação da documentação legal das OSC de acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, lei federal 13019/2014, como também encontros para criar estratégias de acesso a mercado (PAA e PNAE), com vistas no fortalecimento da Economia Solidária que motivam/estimulam a produção e consumo consciente, a comercialização da produção excedente, e a preservação da biodiversidade dos ecossistemas, visando a redução das desigualdades e os impactos ambientais.

As visitas técnicas oferecem a oportunidade de observar modelos de sucesso comparados entre um município e outro, a exemplo as experiências exitosas da Rede de Produtora da Bahia, redes municipais, MMTR e coletivos de grupos de produção, feiras agroecológicas, pontos fixos, fazendo entender diferentes abordagens de gestão e aprendizado prático. Esse tipo de aprendizado prático é muitas vezes mais impactante do que a teoria, pois permite que os participantes vejam diretamente os resultados de estratégias eficazes.

Os encontros comunitários também desempenham um papel pois promovem a união e a troca de ideias entre os membros da comunidade. Esses espaços de diálogo são fundamentais para fortalecer a coesão social, permitindo que as pessoas compartilhem suas experiências, desafios e soluções.

As oficinas de gestão representam uma outra camada de capacitação que complementa as visitas técnicas. Ao fornecer formação específica em áreas como planejamento, finanças, estratégias de marketing, orientações sobre o MROSC. A capacitação permite que os participantes desenvolvam habilidades que são essenciais para a sustentabilidade e o crescimento de seus empreendimentos. Essas oficinas equipam os empreendedores com as ferramentas necessárias para aprimorar suas gestões.

Essas ações, quando integradas, criam um ciclo de aprendizado contínuo e colaborativo que fortalece não apenas os trabalhadores por conta própria, grupos de produção informal, associações e cooperativas, mas também a comunidade como um todo. Ao fomentar a autogestão e a participação social, contribuem para a construção de uma base sólida para o desenvolvimento econômico e social, promovendo um futuro mais sustentável e inclusivo para todos os envolvidos.

Diante do exposto acima, podemos apresentar exemplos por meio de algumas ações desenvolvidas através dos projetos executados em 2024, que tiveram como propósito contribuir com os empreendimentos no aperfeiçoamento de suas gestões.

O PFEES em 2024, deu continuidade, no incentivo dos empreendimentos na busca das inserções as políticas públicas, com vista em garantir que os agricultores e

agricultoras familiares tenham acesso a recursos e apoio que são essenciais para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e de comercialização.

Um dos principais desafios mencionados foi e está sendo a dificuldade na emissão do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). Este cadastro é exigência para que os agricultores possam acessar benefícios e programas governamentais, mas a complexidade do processo e os critérios exigentes, como a área mínima de terra, representam barreiras significativas para muitos. Muitas famílias de agricultores na Bahia operam em pequenas e micro propriedades, e as exigências atuais podem excluir uma parte considerável dessa população dos direitos e benefícios que deveriam ser garantidos.

Os debates promovidos pelo PFEES sobre os desafios enfrentados pela agricultura familiar são essenciais para criar consciência e mobilização em torno dessas questões. Essas discussões não apenas iluminam os obstáculos enfrentados pelos agricultores, mas também proporcionam um espaço para que eles expressem suas preocupações e proponham soluções. A participação ativa em tais diálogos é vital para que as políticas públicas sejam ajustadas de forma a atender melhor às necessidades reais da agricultura familiar. Além disso, a promoção de uma maior participação social pode levar a uma maior pressão sobre os órgãos governamentais para que reconsiderem e flexibilizem os critérios para a emissão do CAF, tornando o acesso mais inclusivo. O fortalecimento da voz dos agricultores e agricultoras familiares nas decisões políticas é um passo importante para garantir que suas necessidades sejam atendidas e que seus direitos sejam respeitados.

Em suma, as ações do PFEES em relação à participação social não apenas buscam facilitar o acesso às políticas públicas, mas também promovem meios de organização coletiva, que permitem que os/as agricultores/as e ou trabalhadores/as se unam para enfrentar juntos, os desafios atuais da agricultura familiar.

Para isto a ação da equipe focou em acentuar os diálogos com os parceiros, para que as ações do programa continuem sendo integradas, com as contribuições da sociedade civil e do poder Público, A parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações dos Pequenos Agricultores (APAEBs), movimentos e Conselhos, enriquecem a abordagem e fortalece a participação. Além disso, a inclusão de

universidades e institutos federais de ensino nesse contexto traz um valor agregado, permitindo a troca de conhecimentos e experiências que podem potencializar os resultados das iniciativas. A colaboração entre diferentes entidades e segmentos da sociedade civil é um passo crucial para o fortalecimento da gestão participativa e para a construção de soluções mais eficazes e sustentáveis para os desafios enfrentados pela comunidade rural. Assim, o envolvimento de múltiplos parceiros não só amplia o alcance das ações, mas também fomenta um ambiente de aprendizado coletivo, essencial para o desenvolvimento de estratégias inovadoras e adaptadas às realidades locais. A continuidade e o fortalecimento dessas articulações são, portanto, fundamentais para o êxito do programa e para a promoção de uma gestão mais inclusiva e participativa.

As relações com a ARCO SERTAO CENTRAL e a COOPERAGIL, perderam intensidade, o que se deu pela compreensão de que esses empreendimentos já possuem autonomia na sua auto-gestão, estão organizados, dispõem de sua própria equipe técnica e acessam mercado que garantem sua sustentabilidade.

Por outro lado, a COOPERREDE possui um perfil próximo, aos empreendimentos citados acima, acima, mas continua recebendo assessoria da equipe técnica no que tange a elaboração de projetos, acompanhamento e prestação de contas de PAA, e organização dos EES. Há também articulações entre os diversos empreendimentos em redes municipais que fortaleceu essa rede. Essa integração não apenas fortaleceu as ações já existentes, mas também possibilitou a criação de um ambiente colaborativo que favorece a troca de experiências e o aprendizado mútuo entre os participantes. A colaboração com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e entidades representativas da agricultura familiar, como as Associações dos Pequenos Agricultores (APAEBs), foi crucial para garantir que as vozes e necessidades dos agricultores fossem ouvidas e em dentro das possibilidades cabíveis atendidas.

Além disso, a parceria com universidades e institutos federais de ensino trouxe uma dimensão acadêmica ao processo, permitindo que pesquisas e inovações pudessem ser aplicadas na prática, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região. Assim, a sinergia entre os diferentes atores sociais

e institucionais não só fortaleceu as redes existentes, mas também ampliou as oportunidades para a participação ativa da comunidade nas decisões que impactam suas vidas e seu trabalho, promovendo uma gestão mais inclusiva e colaborativa.

b) Principais resultados das atividades do programa neste eixo no ano de 2024:

- ✓ EES sendo assessorados no processo de organização documental para elaboração de projetos para captação de recurso;
- ✓ EES com ferramentas e práticas de gestão (plano de ação, controle interno, regimento interno, realização de assembleia/reunião, transparências, tomada de decisão, renovação de liderança;
- ✓ Práticas de poder equitativos de gênero e geração, na distribuição e ocupação de cargos na gestão dos EES;
- ✓ Acompanhamento/Qualificação dos Empreendimentos populares Urbanos
- ✓ Diagnósticos situacionais dos empreendimentos: A aplicação de diagnósticos permitiu uma compreensão aprofundada das condições atuais dos empreendimentos, identificando pontos fortes e áreas para melhoria, o que contribuiu para uma gestão mais eficaz e direcionada;
- ✓ Mapeamento de redes de apoio social e de acesso as políticas públicas no município de Feira de Santana: Sendo um processo fundamental para compreender a realidade social e econômica das áreas de atuação e planejar as ações junto aos trabalhadores da economia dos setores populares;
- ✓ Planos de ação elaborados e monitorados: A elaboração e o acompanhamento dos planos de ação dos empreendimentos garantiram que as estratégias definidas fossem implementadas de maneira consistente, promovendo um avanço significativo em direção aos objetivos estabelecidos;
- ✓ Aprimoramento de ferramentas de controles internos: As atividades desenvolvidas incentivaram a adoção de melhores práticas de gestão, ressaltando a importância de controles internos robustos, o que resultou em maior transparência e eficiência nos processos;
- ✓ Consolidação de formação de grupos na discussão e participação social - O fomento a iniciativas que garantiram dignidade ao trabalho dos coletivos,

- especialmente mulheres envolvidas, potencializa o fortalecimento das comunidades, promovendo inclusão social e melhores condições de trabalho;
- ✓ Fortalecimento de redes de atuação: A realização de atividades coletivas estimulou a criação de redes de colaboração em alguns municípios, permitindo que os empreendimentos compartilhassem experiências, recursos e estratégias, potencializando seus impactos e promovendo um ambiente de cooperação.



Esses resultados refletem um **empenho contínuo em promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social**, criando um impacto positivo nas comunidades atendidas.

ACESSO A MERCADOS

a) Descrição das ações

O Eixo “Acesso à Mercados” promove uma ligação entre a produção, o beneficiamento e a comercialização de gêneros alimentícios. Esta articulação não apenas possibilita que as famílias aumentem sua renda e ocupação a partir de suas propriedades, mas também lhes proporciona a chance de transformar suas realidades.

Com as oportunidades que surgiram para a comercialização, as famílias com a assessoria das interfaces PFEES x PAPAA, podem investir em suas propriedades, adquirir bens essenciais e, principalmente, garantir uma alimentação regular, de qualidade e em quantidades adequadas. Esse aspecto é crucial, visto que a segurança alimentar e nutricional se apresenta como um dos maiores desafios enfrentados no país atualmente. Assim, o “Acesso à Mercados” não é apenas uma questão econômica, mas uma estratégia para promover dignidade e bem-estar, contribuindo para o combate à insegurança alimentar, que, infelizmente, ainda afeta tantas pessoas em nosso país. Portanto, fortalecer essa conexão entre a produção e o consumo/comercialização da produção excedente, é um passo essencial rumo a um futuro mais justo e sustentável para todas as famílias.

As ações voltadas para a produção, beneficiamento e comercialização de alimentos desempenham um papel crucial no enfrentamento de problemas sociais e nutricionais, especialmente em comunidades vulneráveis. Primeiramente, ao gerar renda para as famílias, essas iniciativas possibilitam o acesso a uma alimentação adequada, contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida. Além disso, o fornecimento de alimentos para outros grupos sociais é uma estratégia importante para fortalecer a segurança alimentar em um contexto mais amplo.

Nesse sentido, o papel da equipe do (PFEES) se destaca ao promover o desenvolvimento da comercialização com a elaboração de propostas que concorrem a editais e também através dos incentivos a realização de feiras agroecológicas e dos pontos fixos, estratégias essas que se alinham a políticas públicas fundamentais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um exemplo de como a articulação entre produção local e demanda escolar pode beneficiar tanto os produtores quanto os alunos, garantindo a oferta de alimentos saudáveis nas escolas. Ademais, a atuação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especialmente na modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA-CDS), é uma estratégia eficaz para fortalecer a economia local e combater a fome.

Essa modalidade não apenas assegura que os produtos da agricultura familiar sejam adquiridos, mas também garante que esses alimentos cheguem a populações em situação de vulnerabilidade, promovendo a justiça social e a inclusão.

Ao facilitar o acesso à renda, essas iniciativas não apenas promovem a sustentabilidade econômica das comunidades rurais, mas também desempenham um papel fundamental na mitigação da fome. Essas políticas, ao garantirem que os produtos da agricultura familiar cheguem a mercados locais e regionais, permitem que os agricultores valorizem seus produtos e ampliem suas fontes de renda.

Além disso, a promoção do consumo de alimentos produzidos localmente contribui para a segurança alimentar, fortalecendo a dieta das populações e estimulando a economia local. Portanto, a implementação e o fortalecimento dessas políticas públicas são essenciais não apenas para o desenvolvimento rural, mas também para o desenvolvimento urbano que consomem esses alimentos e movimentam a agricultura familiar.

Assim, a combinação de geração de renda e acesso a alimentos nutritivos, apoiada por políticas públicas eficazes, cria um ciclo virtuoso que fortalece as comunidades, promove a soberania alimentar e contribui para o enfrentamento das desigualdades sociais. A colaboração entre a equipe do PFEES e os diferentes atores sociais é fundamental para a implementação efetiva dessas estratégias, garantindo que os benefícios cheguem a todos os envolvidos. Essa ação é potencialmente vista com mais assiduidade nos municípios Santaluz, Araci, Barrocas, Serrinha, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Biritinga, Nova Fátima, Teofilândia, etc. Exatamente onde está a atuação dos técnicos/as do Programa, mantidos através dos vínculos de projetos.

Um dos projetos que podem ser citados é o projeto AGENDA 2030, onde a equipe do PFEES faz interface com outros programas na sua execução. Aqui podem ser destacadas algumas ações relacionadas ao acesso a informações quanto as políticas públicas como orientações sobre o Cadastro da Agricultura Familiar - CAF, PAA, PNAE, organização documental e reformas de estatutos, bem como a fortalecimento das redes municipais de comercialização. Vale ressaltar que no município de Teofilândia, foi realizado diálogo sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O (PFEES) tem desenvolvido estratégias fundamentais para impulsionar o desenvolvimento das cadeias produtivas locais. Ao realizar oficinas, cursos e intercâmbios, o programa não apenas capacita os agricultores/as e ou trabalhadores por conta própria, mas também os prepara para enfrentar os desafios do mercado.

A ênfase na qualificação dos produtos é essencial para garantir que atendam aos padrões exigidos pelos consumidores e pelas políticas de comercialização, enquanto a produção em quantidades adequadas assegura que as demandas do mercado sejam atendidas de forma eficiente. As oficinas de inovação e melhoramento da produção é um fator-chave para o aprimoramento permitindo que os empreendimentos se destaquem e se adaptem às mudanças nas preferências dos consumidores.

Contudo, é de se ver que o suporte na elaboração de projetos é crucial, pois não se limita apenas à busca pela venda, mas também abre portas para acesso a crédito e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Estes aspectos são vitais para que os empreendimentos consigam realizar investimentos estruturantes, não apenas em suas operações, mas também nas estruturas de beneficiamento, o que pode resultar em um ciclo virtuoso de crescimento e fortalecimento dos negócios. Para tanto o PFEES vem adotando as estratégias de assessoria, através das formações presenciais e virtuais, e trocas de experiências entre a própria equipe técnica. Isso vem aprimorando as ferramentas de gestão, utilizada nas práticas gerenciais, o qual os tornam mais eficazes para os ESS, permitindo que os empreendedores se tornem mais competitivos e adaptáveis às exigências do mercado. Isso envolve o uso de técnicas modernas de gestão, que

inclui análise de dados, planejamento estratégico e a implementação de tecnologias que vem mantendo a sustentabilidade dos negócios.

Além disso, a discussão sobre a utilização de ferramentas de estimativa de capacidade produtiva permitiu que os agricultores identifiquem suas limitações e potencialidades, possibilitando um melhor planejamento, a exemplo o uso da matriz swot ou como bem comumente conhecida "FOFA".

Uma das técnicas que utilizamos é a realização de Estudo de Viabilidade Econômica – EVE, que ajuda os envolvidos a compreender o seu negócio e a desenvolver formas de trabalho economicamente viáveis, socialmente justas, e ambientalmente sustentáveis. Ao todo foram realizados 101 EVE no ano de 2024.

Assim, o PFEES se posiciona como um catalisador na contribuição do desenvolvimento econômico, promovendo a inclusão e a sustentabilidade nas cadeias produtivas, ao mesmo tempo em que prepara os empreendedores para um futuro mais promissor. Para tanto, a intenção não é que os Ees se tornem dependentes do mercado institucional, mais também que possa participar de outros espaços que gerem renda. Como exemplo, apresentamos o balanço referente ao ano de 2024 de um dos EES acompanhado pela equipe do PFEES.



Revenda obtida em 2024 pela principal rede acompanhada pelo MOC:

Re	COOPEREDE	
Mercado Institucional	PNAE	1.036.000,00
	Pppa PAA	240.000,00
Mercado Convencional	Pppa FEBAFES	400.000,00
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO	1.400.000,00

Em 2024, a Comercialização funcionou bem. A COOPEREDE, teve um papel relevante nas vendas, alcançando R\$ 1.036.000,00 por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, a entidade celebrou contratos de comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea, que somou R\$ 240.000,00. Outro aspecto importante a ser destacado é a prestação de serviços de alimentação pela COOPEREDE, que alcançou um total de R\$ 1.400.000,00 em vendas. Para além dos valores, já citados, a Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES), evidenciando não apenas a capacidade de comercialização, mas também o comprometimento da entidade com o fomento à agricultura familiar e à economia solidária, alcançando o montante de 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Vale destacar que este ano de 2024, o PFEES retomou o acompanhamento técnico a Cooperativa da Agricultura Familiar e da Economia Solidária - COOAFES no município de Conceição de Coité. Este empreendimento fechou seu balanço em 2024 em aproximadamente R\$ 192.000,00 no ponto Fixo Quitanda da Agricultura Familiar, R\$ 1.500.000,00 (PNAE estadual e Municipal) e R\$ 480.000,00 no PAA.

Na parte de acesso a mercado, uma estratégia de comercialização vem se mantendo importante para a atuação do PFEES, **As Feiras Agroecológicas e os Pontos Fixos de Comercialização**, essas iniciativas proporcionam um espaço onde agricultores/as familiares, trabalhadores/as da economia popular e solidária, podem vender diretamente seus produtos, eliminando intermediários e garantindo

um melhor preço para suas colheitas. As Feiras Agroecológicas, em particular, destacam-se por serem autogestionárias, ou seja, são administradas pelos próprios agricultores, o que lhes confere autonomia e poder de decisão sobre as práticas de comercialização e a seleção dos produtos. Isso não apenas permite que os produtos sejam frescos e de qualidade, mas também reforça a conexão entre produtor e consumidor, promovendo um consumo mais consciente e responsável. Por outro lado, os Pontos Fixos de comercialização, oferecem uma estrutura mais estável e acessível para a venda dos produtos. Esses pontos são vitais para garantir que a produção dos agricultores familiares alcance um público maior, possibilitando a diversificação do mercado e ampliando as oportunidades de venda. Estão instalados nos municípios em estruturas fixas ou móveis (trailer):

DESCRIÇÃO	MUNICÍPIOS	EES
PONTO FIXOS	SANTALUZ	MARIA BUNITA
	ARACI	FLORES DO SERTÃO
	BARROCAS	TRAYLER
	TEOFILÂNDIA	TRAYLER
	FEIRA DE SANTANA	CIRANDA DAS ARTES
	RICHÃO DO JACUÍPE	CANTINHO DA ROÇA
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	QUITANDA DA AGRICULTURA
FEIRAS AGROECOLÓGICAS	NOVA FÁTIMA	FEIRA AGROECOLÓGICA
	RICHÃO DO JACUÍPE	FEIRA AGROECOLÓGICA

No total, foram comercializados nas Feiras Agroecológicas mais de R\$ 410.000,00 em produtos da agricultura familiar abarcando as cadeias produtivas de apicultura, melipolinocultura, fruticulturas, mandiocultura, oleaginosas, laticínios, caprinocultura, horticultura e da economia solidária, como produtos de sisal, palha, tecido, etc.

Ambas as iniciativas contribuem para a valorização dos produtos agroecológicos e para a sustentabilidade da agricultura familiar, promovendo práticas

que respeitam o meio ambiente e que incentivam a economia local. Com o apoio necessário, essas experiências podem ser expandidas e replicadas, beneficiando ainda mais comunidades rurais e urbanas. Em entrevista ao Programa PCOM a Sr^a Maria Nilza da Conceição, tesoureira da COOPERREDE fez o seguinte depoimento: “Nós focamos muito na questão de produzir itens por época, como agora é natal, criamos arvores natalinas, presépios, anjos e outros itens relacionados. Colocamos esses produtos nos pontos de comercialização”. Nesta fala é possível ver a atuação das mulheres em uma rede, onde a produção é distribuída para todos pontos de vendas. Conceição Borges, presidente do MOC ressaltou que “Os produtos que estamos comercializando não são apenas mercadorias, são frutos de histórias, talentos e dedicação de mulheres que encontraram, na economia solidária uma forma de transformar suas vidas e suas comunidades”.

O MOC, ao apoiar e realizar esses eventos, não apenas facilita a comercialização, mas também educa os consumidores sobre a importância de apoiar a agricultura familiar e as práticas de economia solidária, contribuindo assim para um futuro mais equitativo e sustentável para todos.

b) Resultados mais relevantes do eixo Acesso à Mercados em 2024:

- ✓ EES organizados elaborando e acessando editais de comercialização e de acompanhamento técnico;
- ✓ Ampliação das perspectivas de acesso à mercados pelos EES em decorrência da realização de atividades para a orientação quanto ao processo de análise de oportunidades de mercado;
- ✓ Início da construção de ferramenta para levantamento da renda das mulheres (por família);
- ✓ Acompanhamento a execução e prestação de contas de 19 propostas para o Programa de Aquisição de Alimentos, elaborados em 2023 que totalizou um valor de R\$ 3.361.338,79, com um público de 15.017 beneficiários consumidores, e 303 beneficiários fornecedores, além de termos contribuído com a elaboração de proposta para a Cooperativa de Trabalho dos Agricultores Familiares de Quijingue e Semiárido (COOFAQS);

- ✓ Realização de cursos de qualificação: Inovação/melhoramento da Produção fundamental para o desenvolvimento sustentável e geração de rendas nas comunidades através do uso da matéria-prima de suas propriedades;
- ✓ Realização de encontros, visitas e roda de conversa com os grupos de produção;
- ✓ Realização de orientação socioproductiva, MEI, Microcrédito, fundos rotativos solidários e formação de redes;
- ✓ Realização de reuniões com os grupos de produção sobre a participação dos empreendimentos no Programa de Aquisição de Alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- ✓ Oficinas sobre utilização dos instrumentos de comunicação;
- ✓ Realização de encontros para a formação de parceria elegíveis;
- ✓ Elaboração de Propostas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar;

Elaboração de propostas para os Editais:

- 004/2024 – COMIDA NO PRATO: APOIO ÀS COZINHAS COMUNITÁRIAS E SOLIDÁRIAS - SDR (10 propostas);
- 2024/007 - Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica- ECOFORTE;
- 004/2024 – SDR - EDITAL VEM PRA FEIRA;
- 012/2023 – Empoderamento socio economico das Mulheres Negras - FBB
(Envio em 2024);
- 005/2024 – FUNTRADX MOC– SETRE;
- 005/2024 – FUNTRADXCOOPEREREDE;
- 007/2023 – MANUEL QUERINO (QUALIFICA BAHIA) – SETRE (Envio em 2024);
- 004/2024 – EDITAL ELAS A FRENTE DOS QUILOMBOS – SPM.

INCIDÊNCIA POLÍTICA

Incidência Política significa buscar garantir que as vozes dos agricultores/agricultoras familiares e trabalhadores/as por conta própria da economia popular e solidária sejam ouvidas e respeitadas nas decisões que impactam suas vidas no meio rural e urbano. Atua-se neste campo através dos fóruns, conselhos, comissões e outros espaços de incidência e buscando debater com as organizações e grupos a importância desta ação. Isso significa reconhecer que os grupos não são recebedores de políticas e projetos, mas protagonistas de sua construção.

A inclusão desses atores nos processos de discussão e decisão é um passo importante para a construção de um futuro mais justo e equitativo, onde os direitos dos agricultores e agricultoras familiares sejam plenamente reconhecidos e respeitados e faz com que as políticas atendam melhor às necessidades dos grupos e pessoas.

Espaços de incidência política ocupados pela equipe e pelos representantes dos EES:

- ✓ Fórum Baiano de Economia Solidária (FBaES);
- ✓ Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia;
- ✓ Colegiado Territorial de Desenvolvimento Territorial do Portal do Sertão da Bahia;
- ✓ Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselhos Municipais da Mulher;
- ✓ Conselho de Alimentação Escolar;
- ✓ Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável
- ✓ Coletivo de Educadores/as da Bahia.
- ✓ Suplência no Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos.
- ✓ Participação em eventos na UEFS e UFRB.



IV - CONCLUSÕES: RESULTADOS E PERSPECTIVAS

No ano de 2024, o PFEES teve como foco se aprimorar no apoio os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais, promovendo uma economia justa, inclusiva e solidária. Isso é feito através da articulação em redes e da organização em processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, com o intuito de fortalecer a convivência com o semiárido. Fechou o ciclo de alguns projetos e deu início a novos no final do ano 2023 à início de 2024 com o Programa Vida

Melhor Urbano e no final do ano de 2024 com o projeto Manoel Quirino. Além disso, em interface com outros programas institucionais o PFEES iniciou sua atuação no Projeto Petrobrás.

No ano de 2024 a equipe do PFEES se dedicou a elaborar diversas propostas para a própria sustentabilidade da própria área programática, e em interface com outros programas institucionais. Muitas dessas propostas foram aprovadas e possibilitaram investimentos que vão desde a base produtiva até a agro industrialização. Isso resultou em uma qualificação da produção e na ampliação da comercialização dos produtos das comunidades beneficiárias.

Iniciadas em 2023, estratégias foram continuadas em 2024, com o objetivo de aprimorar as práticas gerenciais dos empreendimentos atendidos. Essas atividades incluíram a elaboração de projetos de comercialização, a aplicação de diagnósticos situacionais para entender melhor as necessidades e desafios dos empreendimentos, além do monitoramento e atualização dos planos de ação. Essas iniciativas foram fundamentais para garantir que os empreendimentos se tornem mais eficientes e competitivos, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, economia popular e solidária.

Em 2024 a equipe deu continuidade aos apoios e realizações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, nas quais foram oportunizadas a comercialização e a exposição dos produtos elaborados pelos participantes dos empreendimentos atendidos.

Durante o ano de 2024, o programa encontrou alguns desafios, entre eles:

- ✓ A inoperância no acompanhamento a uma das Redes;
- ✓ Substituições de ADS em um projeto específico (Vida Melhor Urbano), o qual dificultou o andamento das ações, resultando em um maior esforço da equipe.
- ✓ Remanejamentos de técnicos, fragilizando as ações de alguns projetos;
- ✓ Demanda de elaboração de projetos para os EES com equipe de base pequena;

- ✓ A continuidade da luta com intervenção em alguns Conselhos Municipais de Alimentação Escolar na busca da efetivação da compra direta da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, tendo em vista que em alguns casos, não é cumprida a aquisição de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo governo federal, como preconiza a Lei 11.947/2009.
- ✓ A dependência de alguns EES a ter um ATEG;
- ✓ Definição do papel do técnico x papel do empreendimento;
- ✓ Descontinuidade de alguns projetos governamentais;
- ✓ Ineficiência na gestão de alguns EES (Incluindo organização de documentação);
- ✓ EES sem certificação para comercializar os produtos de origem vegetal e animal com maior segurança a no mercado;
- ✓ EES com logística ineficaz para comercializar os produtos;

Dificuldades na emissão do Cadastro da Agricultura Familiar, documento necessário que facilita o acesso a s políticas públicas.

MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES

ÁREA PROGRAMÁTICA: Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários

ATIVIDADES REALIZADAS	Nº DE ATIVIDADES	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	SEXO	
			FEM	MAS
Encontros de avaliação e replanejamento do projeto com instituições territoriais e agricultores/as familiares - (BNB)	01	20	12	8
Reunião virtual com instituições territoriais com foco na preparação para o acesso aos mercados (PNAE, feiras e Feiras Agroecológicas, PNAE, PAA e Compras Públicas e Circuitos Curtos) - (BNB)	01	20	20	0
Seminário de divulgação e difusão das técnicas inovadoras de manejo produtivo e sanitário para o desenvolvimento da avicultura caipira no Território do Portal do Sertão - (BNB)	01	20	20	0
Curso sobre SAN com ênfase no aproveitamento de alimentos e uso das PANC – Actionaid	05	100	96	4
Oficina de beneficiamento da produção, melhorias e desenvolvimento de novos produtos	05	100	98	2
Roda de conversa comunitária sobre Economia Solidária e Bem Viver	01	21	20	1
Curso de qualificação da Equipe técnica	01	13	12	1
Reuniões mensal de monitoramento de qualificação, monitoria e acompanhamento das equipes técnicas	10	20	18	02

Reunião com a equipe técnica para orientações do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, para elaboração e atualização do Mapeamento.	01	12	11	1
Encontro de aplicação/atualização do diagnóstico (Mapeamento)	03	378	339	39
Sistematização e produção do relatório dos diagnósticos (Mapeamento)	03	12	11	1
Visitas para a realização de cadastros)	902	902	857	45
Reuniões para acompanhamento da realização da seleção e constituição dos empreendimentos para o Grupo de Tratamento.	04	4	339	39
Visitas para realização dos EVE - Grupo de Tratamento	382	382	287	95
Visita de assistência técnica socioproductiva, acompanhamento e orientação aos e EES	30	30	28	02
Curso específico para os arranjos produtivos dos empreendimentos	01	18	18	0
Encontros para reflexão sobre a realidade das famílias e comunidades para organizar ações sociais com vista a amplia o acesso às políticas públicas	03	378	339	39
Visitas técnicas, para orientar individualmente os empreendimentos na fase 2, para o acesso ao microcrédito	75	75	0	5
Encontros e Plantões entre empreendimentos e instituições financeiras	6	6	70	5
Visitas para orientar a formalização (MEI)	71	71	70	1
Encontros com empreendimentos para o trabalho em rede de forma a contribuir na superação dos obstáculos	02	40	38	02
Reuniões (visitas) para acompanhamento da realização da seleção de relação dos empreendimentos para recebimento dos equipamentos	2	444	405	39
Encontros com parceiros para promoção de atividades de ações transversais para melhoria	8	8	8	0

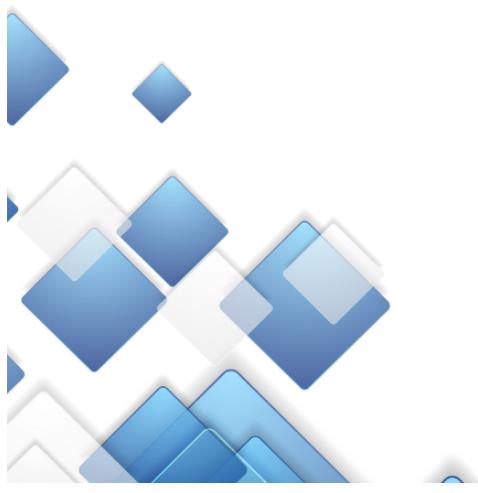
dos empreendimentos.				
Reuniões de monitoramento do sistema informatizado do Programa Vida Melhor Urbano - SIVME	4	12	10	2
Videoconferências com agentes, técnicos e coordenadores - Apresentação do Relatório de Produtividade por Agente, Técnico e Coordenação (físico e online)	2	12	10	2
Videoconferências com agentes, técnicos e coordenadores - Apresentação do Relatório de Acompanhamento de Resultados com as Ações realizadas de forma detalhada e com registro fotográfico (físico e online).	4	12	10	2
Encontros para elaboração e monitoramento do plano de melhorias dos empreendimentos econômicos (ACSJD/SPM)	01	32	32	0
Curso sobre Gestão de Empreendimento Econômicos (ACSJD/SPM)	01	3030	30	0
Cursos de melhorias e diversificação na produção de acordo as demandas do mercado (ACSJD/SPM)	03	30	30	0
Visitas técnicas de elaboração e acompanhamento de propostas para acesso aos mercados institucionais solidários e (ACSJD/SPM)	10	30	30	0
Cursos - Acompanhamento com técnicos do PAPA – (BIOMAS) -	x	x		x
Visitas de assessoria técnica de apoio com técnicos do PAPA – (BIOMAS)	x	x		x
Diagnósticos – (Agenda 2030)	10			
Oficina Regional para readequação da docum. Legal das OSC de acordo com Marco Regulatório das Organ. da Sociedade Civil - MROSC, lei federal 13019 - (Agenda 2030)	01	20	20	

Estudo Estadual de Política de SAN - (Agenda 2030)	01	20	20	
Visitas individuais para readequação da docum. Legal das OSC de acordo com o Marco Regulatório das Organ. da Sociedade Civil - MROSC, lei federal 13019 - (Agenda 2030)	5			
Workshops para mulheres e jovens rurais sobre o desenvolvimento de produtos agrícolas - (KNH)	6	180	176	04
Visitas do MOC a pontos de venda fixos para aconselhamento técnico - (KNH)	24	12	12	0
Suporte a 6 pontos de venda locais -(KNH)	31	12	12	0
(Participação de representantes da OSC nos espaços de tomada de decisão identificados (fóruns nacionais, redes, conselhos e conferências - (KNH)	4			0
Curso de Manicure e Pedicure - (SETRE)	1	20	20	-
Curso de Padeiro e Confeiteiro - (SETRE)	1	20	18	2
Seleção de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (Catu e Araçás)	01			
Formação Continuadas e Sistemática com Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC) e parceiros locais	01			
Encontro de monitoramento e planejamento com as/os ADC e equipe técnica	02			
Participar em espaços de incidência política e eventos (Conselhos, Fóruns, Seminários...)	04	04	04	0
Apresentação do projeto com parceiros e agricultoras/es familiar	02			
Reuniões mobilizações da comunidade	07			
Seminário anual de políticas públicas de produção, crédito e comercialização	01			

Apoiar na participação em eventos (feiras, seminários, congressos e outros) da Agricultura Familiar	04			
---	-----------	--	--	--

PROGRAMA DE GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL

PGGIR



PROGRAMA DE GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL – PGGIR

I – INTRODUÇÃO

Este relatório é uma soma dos esforços de muitas pessoas na construção de uma sociedade melhor, mais justa e equitativa; mulheres, jovens, crianças e adolescentes, parceiros, financiadores, gestores públicos, colegas de trabalho fundamentais para o alcance dos resultados, superação dos desafios e o traçar de estratégias e perspectivas na luta por justiça social junto ao Programa Gênero, Geração e Igualdade Racial (PGGIR) do MOC, em 2024. O Programa atuou nos seguintes eixos: Direitos das Mulheres; Fortalecimento do Protagonismo das Juventudes e; Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

A nossa caminhada se deu em um contexto marcado por retomadas de políticas e programas sociais necessários para garantir a efetivação de direitos e mais dignidade as pessoas que mais precisam, sobretudo as populações vulnerabilizadas, desassistidas e com direitos violados. Foi um ano de reposicionar os sujeitos de direitos em espaços de incidência política, reformulação de políticas públicas a partir de realização de seminários, audiências públicas, conferências para democratizar a participação popular nas tomadas de decisões sobre questões que impacta diretamente as famílias do Semiárido baiano, de modo especial as mulheres, as juventudes, crianças e adolescentes.

Estivemos atentos às pautas relativas à conjuntura nacional, às mudanças climáticas e crises socioambientais, as tentativas de silenciamento do nosso povo diante de uma sociedade ainda estruturada por práticas e concepções machistas, racistas que aprofunda as desigualdades de gênero, limita o acesso da população negra aos seus direitos, aos povos e comunidades tradicionais de permanência digna em seus território, ou seja, ainda temos uma longa estrada para percorrer e muito a ser construído, mas também temos a certeza de que nesta caminhada não estamos sozinhas/os e seguiremos a partir das nossas ações, alargando as fileiras de pessoas que acreditam que um mundo melhor é possível e necessário.

II – OBJETIVOS

1. DIREITOS DAS MULHERES - Contribuir com o empoderamento sociopolítico, econômico e cultural das mulheres para que avancem com suas famílias, comunidades e organizações na construção de relações justas e solidárias na perspectiva do enfrentamento a violência e promoção da igualdade e equidade de gênero e raça.

2. FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO JUVENIL

Promover o protagonismo juvenil de modo a participarem de espaços democráticos, advogarem pelos seus direitos e influenciarem em decisões que afetam suas vidas e de suas comunidades.

3. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Fortalecer o protagonismo de crianças e adolescentes, ampliar suas capacidades para reconhecerem situações de violações e incidirem com proposições garantidoras dos seus direitos.

- Apoiar a qualificação dos detentores de deveres e a redes municipais para proteção dos direitos das crianças e adolescentes.



III - NOSSAS ESTRATÉGIAS

1. Direitos das Mulheres

A atuação do Programa sempre foi muito alinhada com as demandas apresentadas por elas, porque estamos falando de direitos historicamente negados, sobretudo o direito de decidir. Para avançar na efetivação de políticas públicas que garantam às mulheres viverem com dignidade, sobretudo as mais pobres e vulnerabilizadas, definiu-se as seguintes linhas estratégicas: fortalecimento da auto-organização das mulheres, formação política para incidência nos espaços de decisão política, além da articulação para prevenção e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres e promoção da equidade de gênero e raça a partir da implementação de ações antirracistas e de autonomia dos sujeitos.

O PGGIR atuou com o eixo do fortalecimento das organizações de mulheres (MMTRs, Secretarias de mulheres dos sindicatos, Associações, Comunidades tradicionais e quilombolas) no sentido de promover autonomia sociopolítica e sustentabilidade destas instituições para que tenham condição de representar politicamente as demandas e pautas das mulheres em espaços estratégicos de incidência política e controle social. Para isso, houve processos de formação, acompanhamento contínuo na realização de assembleias, registros de documentos, elaboração de projetos, bem como inscrição em conselhos e fóruns municipais e estadual.

As mulheres sempre lidaram com condições desiguais de participação e tomadas de decisões, sejam em espaços públicos ou no ambiente privado, seus próprios lares. Essas e outras questões que atravessam a vida das mulheres tem lhes colocado em situação de vulnerabilidades e por conseguinte, de violência doméstica e familiar. Enfrentar essa problemática estrutural e cultural é compromisso do PGGIR. Isso é feito através de campanhas, audiências públicas, articulação para fortalecimento de Redes municipais de proteção e buscar a ampliação dos equipamentos de proteção, como o Núcleo Especial de Atendimento às Mulheres – NEAM, implementado em 2024 no município de

Serrinha. Espaços seguros, acesso a informação para mulheres e meninas, escuta humanizada são ações propostas nas ações que o programa realiza nos territórios e municípios de atuação do MOC.



2. Protagonismo Juvenil

O programa intensificou o trabalho com as juventudes com foco na qualificação e participação política, com engajamento na incidência em diversos espaços, inclusive participação a nível internacional, além das ações de fortalecimento a

educomunicação com jovens e adolescentes enquanto ferramenta de formação e incidência política. As ações se direcionaram para o desenvolvimento da capacidade das juventudes de se auto organizarem buscando fomentar seu protagonismo e autonomia sociopolítica e econômica. Outro foco foi à ampliação do letramento racial com as juventudes, tanto na perspectiva do (re)conhecimento e fortalecimento das identidades, quanto na multiplicação de ações antirracistas com seus pares nos municípios e comunidades de atuação do PGGIR.

Todo esse trabalho foi pelo Consórcio das Juventudes que finalizou seu processo quadrienal, sendo reconhecido nos territórios como uma articulação de jovens atuante e que desperta a própria renovação de outros grupos através da multiplicação dos aprendizados.



3. **Direitos das Crianças e Adolescentes**

O PGGIR adotou duas frentes de luta para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes: o fortalecimento do protagonismo das crianças e adolescentes ampliando suas capacidades de reconhecer-se enquanto sujeitos de direitos e, fortalecimento das redes municipais de proteção dos direitos das crianças e

adolescentes tendo em vista o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) articulando família, estado e sociedade no cumprimento do seu papel para efetivação dos direitos.

As ações implementadas pelo programa têm contribuído no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, de modo especial, no seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos ativos nas ações comunitárias e municipais, na participação e engajamento socioambiental do bioma caatinga junto a suas famílias. Na perspectiva do fortalecimento do protagonismo, as crianças e adolescentes são incentivados e apoiados a atuarem nas rádios poste compondo a comissão comunitária, além de desenvolverem multiplicação de conhecimento com outras crianças demonstrando seu papel ativo na construção de uma sociedade inclusiva.

O trabalho desenvolvido junto as educadoras sociais comunitárias visam o acompanhamento mais sistemático e promove acesso a conhecimentos e criticidade sobre gênero, raça, diversidade, educação socioambiental, o que torna as crianças mais conscientes de seus direitos, identificando situações de violências, conhecendo mecanismos de denúncias e/ou onde possam buscar ajuda.

Outra frente estratégica para garantia dos direitos das crianças e adolescentes é o trabalho de articulação e capacitação contínua das Redes municipais de proteção para que o sistema de garantia de direitos seja fortalecida , neste sentido, o diálogo e parcerias constante com o poder público e sociedade civil tem sido algo imprescindível para avançar na elaboração de políticas públicas através de instrumentos já existentes como o Plano Decenal Estadual que os gestores municipais devem adotar como referência, o cumprimento dos indicadores de desenvolvimento para infância e adolescência, além de garantir orçamentos nos PPAs para efetivação das políticas, ações como capacitação, audiências públicas e campanhas municipais tem sido importantes para alinhadas diálogos e proposições.

A promoção de ações e intercâmbios com os detentores de deveres; família, estado e sociedade é a linha de ação do PGGIR para fazer com que os marcos legais dos direitos das crianças e adolescentes sejam a própria Constituição Federal, o ECA

e os acordos internacionais no qual o Brasil é signatário, sejam cumpridos e nossas crianças tenham seus direitos protegidos.



IV - ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

1. Direitos das Mulheres

1.1. Atividades desenvolvidas – Para o cumprimento dos objetivos propostos com as parcerias estabelecidas, foram realizadas atividades locais, municipais, regional e estadual envolvendo diretamente dez (10) municípios. As ações contemplaram os três eixos no campo dos direitos das mulheres como prevenção e enfrentamento a violência na realização de reuniões, rodas de conversas, Marcha pela Vida das Mulheres e Meninas, audiência pública, Seminários e campanha.

Outras ações para o fortalecimento da sustentabilidade política e econômica das organizações de mulheres e incidência política foram realizadas durante todo ano, envolvendo sobretudo os movimentos municipais e regional de mulheres trabalhadoras rurais através das seguintes atividades: reuniões de planejamento e monitoramento, eleição

do MMTR Araci, elaboração de projeto e captação de recursos com foco no fortalecimento na auto-organização e incidência política de mulheres e jovens através do MMTR Regional, apoio a participação de mulheres em espaços estratégicos local, estadual e nacional. Essas ações garantiram as mulheres mais mobilidade, capacidade de auto-gestão e conseqüentemente fortalecimento das suas bases de atuação. As formações políticas deram base para as mulheres avançarem na luta por direitos, sobretudo, o direito de existir com dignidade.

1.2. Resultados alcançados

- 300 Mulheres e meninas rurais, negras, agricultoras familiares e quilombolas engajadas e atuando na multiplicação de conhecimentos sobre prevenção e enfrentamento a violência contra meninas e mulheres;
- 01 Projeto elaborado e aprovado junto ao MMTR Regional contemplando 150 lideranças e 300 mulheres e jovens dos territórios Sisal, Bacia do Jacuípe, Piemonte Norte do Itapicuru e Sertão do São Francisco;
- 06 Organizações de Mulheres estruturadas e fortalecidas socialmente e economicamente com planejamento, documentos e prestação de contas atualizadas;
- 3.420 pessoas diretamente alcançadas através das ações da campanha de prevenção e enfrentamento a violência contra meninas e mulheres com acesso a informação sobre os equipamentos de proteção municipais e regional;
- 170 meninas e mulheres ampliam seus conhecimentos e fortalecem suas identidades a partir do letramento racial fortalecendo a luta antirracista.

2. Protagonismo Juvenil.

2.1. Atividades desenvolvidas

Para cumprir com o objetivo do eixo de juventudes e contribuir para o fortalecimento do protagonismo, nas suas auto-organizações e nos acessos aos direitos, as ações foram desenvolvidas em diferentes metodologias, mas ambas no viés participativo, a partir de formações, oficinas e intercâmbio, com pautas voltadas para: participação social e política das juventudes, incidência, políticas públicas, letramento racial, tanto na perspectiva de suas identidades, como no construir estratégias de enfrentamento ao racismo. Trabalhou-se também a educomunicação: ferramenta importante, para o fomento aos protagonismos e potencialidades das juventudes.

Assim, aconteceram as seguintes atividades: Encontro Interterritorial sobre juventudes, auto-organização e participação política na região Semiárida; Reuniões municipais de assessoria para auto-organização e planejamento das ações de juventudes, com vista no protagonismo infanto-juvenil para aprendizados sobre negações e garantias de direitos; Intercâmbio das juventudes na perspectiva agroecologia e antirracista; Jornada estadual da juventude: Arte e política; Encontro formativo para troca de experiências entre jovens sobre Educomunicação, mídias digitais e cidadania; oficina de Educomunicação com adolescentes e jovens na perspectiva da educação contextualizada e antirracista; Oficinas com adolescentes e jovens na perspectiva da cultura de paz; Intercâmbio formativo para troca de experiências entre jovens na perspectiva da Cultura de Paz; Rodas de conversas para sensibilização da Cultura de Paz e territorialidade com adolescentes e jovens. Houve também Rodas de conversas com adolescentes e jovens sobre autocuidado com a saúde mental, bem como atendimento psicológico individualizado (online) com jovens.

Outro ponto importante se deu com o processo de incidência política e ocupação de espaços estratégicos, proporcionado a partir do projeto Consórcio das Juventudes, que permitiu aos jovens participarem e levaram suas vozes e ideias para espaços como: Conferência Local das Juventudes sobre Mudanças Climáticas no Brasil (LCOY), realizada em Maceió – AL;

Incidência política em Genebra (Suíça), na sede da ONU, a convite da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com apoio da Aliança Terre des Hommes Schweiz/Suisse; X Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro (EnconASA), em Piranhas (AL) e Canindé do São Francisco (SE); Intercâmbio Latino-americano sobre Soluções Climáticas, em Pernambuco/PE e Paraíba/PB, através da conexão Brasil, Guatemala, e Colômbia; Conferência Estadual da Economia Solidária e popular da Bahia, em Salvador/BA; Experiência do Consórcio das Juventudes da Bahia apresentado no VIII Simpósio de Pesquisa e Experiência em Agricultura Familiar, dentro da 15 Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária, Salvador/BA.

2.2. Resultados Alcançados

- 120 jovens com conhecimentos ampliados sobre participação social e política, para incidência em diferentes espaços, sobretudo, nas eleições municipais;
- 10 jovens multiplicadores do Consórcio das juventudes participando de espaços municipais e estadual para incidir politicamente em favor dos seus direitos;
- 15 jovens articulados na construção e formalização de associação de jovens, enquanto estratégias de auto-organização juvenil;
- 30 jovens com mais propriedades sobre letramento racial e a pauta antirracista, para multiplicação e disseminação em diferentes espaços e para o enfrentamento ao racismo;
- 10 jovens integrando Conselhos municipais e organizações da sociedade civil (Sindicatos, Cooperativas, Associações comunitárias, Redes), para melhor contribuir no desenvolvimento local e advogar sobre seus direitos;
- 30 jovens com conhecimentos sobre cultura de paz, através de rodas de conversas;

- 05 Jovens incidindo em diferentes espaços estratégicos, a nível nacional e internacional, para pautar propostas que contribui para o acesso aos direitos das juventudes.

3. Direitos das Crianças e Adolescentes

Atividades desenvolvidas

As atividades contribuíram no desenvolvimento holístico das crianças, adolescentes e suas famílias, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizado, crescimento pessoal, conexão com a comunidade e fortalecimento das suas identidades.

Todas as crianças e adolescentes que fazem parte do sistema de vínculos solidários são acompanhadas por jovens multiplicadoras (bolsistas) que passam por um processo de formação continuada para melhorar sua capacidade de atuação desenvolvendo metodologia adequada que contribuam para garantia de proteção e acesso aos direitos das crianças e adolescentes: proteção integral, mobilização social, tipos de violência contra crianças e adolescentes, além de realizar um trabalho de fortalecimento de vínculos com a família e comunidade.

Importante destacar a ampliação da campanha Faça Bonito - contra abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes que tem adotado estratégias metodológicas específicas de trabalho com as famílias e comunidades, com crianças e adolescentes e as Redes Municipais de Proteção, para que haja mais empenho e ampliação de conhecimentos sobre essas violências e como podemos combatê-la e assegurar as nossas crianças o direito a proteção integral.

Podemos destacar também atividades realizadas nas comunidades: dias lúdicos com dinâmicas e jogos garantindo o lazer, oficina sobre direitos, Oficina municipal com crianças e adolescentes sobre a Cultura de Paz, Dias de lazer e entretenimento artístico-cultural nas comunidades, com crianças, adolescentes e jovens para resgatar a cultura local, realização dos programas nas rádios postes, oficinas sobre questões de gênero, oficinas sobre tipos de violência contra crianças e adolescentes, oficina sobre segurança alimentar, bate papo sobre Bioma Caatinga,

dentre outras; Campanha Faça Bonito com rodas de conversa, caminhadas, distribuição de material informativo, além das oficinas sobre leitura lúdica e elaboração das mensagens na qual as crianças apadrinhadas escrevem para os doadores atualizando sobre suas realidades, acesso aos direitos, demonstrando também o seu desempenho escolar.

3.1. Resultados alcançados

- 1.210 crianças e adolescentes dialogando com padrinhos através de mensagens, intensificando a escrita e a criticidade;
- 950 crianças e adolescentes de seis municípios refletindo sobre racismo ambiental escrevendo nas mensagens suas opiniões;
- 900 adolescentes dos nove municípios inseridos nos vínculos solidários conhecendo e reivindicando seus direitos;
- 300 adolescentes participando de espaços de incidência política intensificando a criticidade e seu protagonismo;
- 500 adolescentes refletem sobre a desigualdade de gênero e se comportam de maneira diferente, respeitando as pessoas que as rodeiam;
- 300 adolescentes refletem sobre as questões raciais, respeitam sua identidade e se aceitam como são;
- 900 crianças e adolescentes de nove municípios protegidos de violências e mais respeitadas nos seus direitos, devido o processo e formação que as famílias estão envolvidas;
- 360 crianças e adolescentes refletem sobre o bioma caatinga, e aprendem como cuidar e preservar o meio onde vivem;
- 25 adolescentes participam do núcleo de adolescentes protagonistas e exercitam o protagonismo infantil;
- 500 famílias ampliam seus conhecimentos e capacidades acerca da proteção e adotam novas práticas de cuidado e educação não violenta com suas crianças e adolescentes;

- 08 Redes municipais de proteção ampliam a compreensão do seu papel na proteção de crianças e adolescentes;
- 05 Redes comunitárias, atuando e fortalecendo as redes municipais, a partir da identificação e tratamento das demandas no campo da proteção nas comunidades.

V - INCIDÊNCIA POLÍTICA

O MOC acredita na participação democrática e no exercício pleno da cidadania enquanto mecanismos para a promover e assegurar direitos em uma sociedade de privilégios, estruturada pelas injustiças e desigualdades. Para isso, a participação nos espaços estratégicos de controle social e incidência política, como redes, fóruns, conselhos e articulações com outras organizações da sociedade civil, são fundamentais para garantir a efetivação de dos direitos e a elaboração de políticas públicas que atendam as especificidades dos territórios e das pessoas que neles vivem. Desse modo, o PGGIR atuou de maneira incisiva e articulada representando os sujeitos de direitos em espaços como:

- ✓ Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes
- ✓ Conselho Municipal da Assistência Social de Feira de Santana
- ✓ Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
- ✓ GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia-ANA
- ✓ Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres de Feira de Santana;
- ✓ Coletivo Nacional de Juventudes da UNICAFES;
- ✓ GT Nacional de Juventudes da Economia Solidária – JUVESOL
- ✓ Câmara Técnica Estadual de Juventude Rural - CTEJR

VI - DESAFIOS E ESTRATÉGIAS – CONSTRUIR A RESISTÊNCIA

O PGGIR trilhou um caminho que ainda é árduo e desafiador, sobretudo para mulheres, jovens, crianças e adolescentes, de modo especial a população negra e vulnerabilizada da nossa sociedade. Esse cruzamento de marcadores de desigualdades reflete o retrato de um país que precisa avançar e muito para fazer reparação histórica e justiça social. Desse modo, precisamos nos reinventar sempre no nosso modo de fazer com as pessoas, na redefinição das nossas ações estratégicas, além de fortalecer o trabalho de base para que contribua na leitura política e de mundo.

Para além desse contexto, destacamos como desafios em 2024, a sustentabilidade econômica do próprio PGGIR para garantir a continuidade das ações e ampliação dos atendimentos com seu público prioritário, tendo em vista os impactos que sentimos com conjuntura política internacional, tanto no cenário de crise econômica e políticas quanto o avanços de líderes conservadoras, já que parte da captação de recursos para o trabalho com jovens, mulheres, crianças e adolescentes são oriundos da cooperação internacional.

Outros fatores como mudanças climáticas, problemas socioambientais e empobrecimento da população nos colocam diante de situações que exigem mais capacidade de articulação política, de trabalhos em rede e sensibilização de gestores locais para adotar políticas que melhore a vida dos sujeitos do Semiárido. Apostar e investir na capacidade de mudanças inovadoras através do protagonismo das juventudes ainda se faz necessária, além de buscar novos parceiros e outras fontes de financiamento de projetos que fortaleça o trabalho de base, bem como de apoiar a incidência política e auto-organização enquanto mecanismo de sustentabilidade socioeconômica, alinhadas à realidade local, como possibilidades construir seus projetos de vida com dignidade em seus territórios.

Ante o fato de que 80% de nosso público se autodenominam negros (pretos e pardos) algo essencial para o enfrentamento das opressões e desigualdades de raça e gênero são, o fortalecimento da identidade e letramento racial tanto da equipe técnica quanto do público que o PGGIR acompanha. Sem isso não se avança no acesso aos direitos e uma vida livre das opressões e desigualdades de gênero e raça. É necessário encontrar caminhos que viabilizem a implementação das ações, seja no

apoio ao reconhecimento e comunidades remanescentes quilombolas e outras tradicionais, no fortalecimento daquelas já certificadas para o acesso as políticas afirmativas que promovam equidade racial.

Dito isto, nos colocamos mais uma vez nas “trincheiras” de lutas e resistências junto aos defensores dos direitos humanos, da sociedade civil organizada, das juventudes, mulheres, alargando fileiras dos que acreditam que um mundo melhor é possível.

VII - PERSPECTIVAS – ESPALHAR AS SEMENTES DA ESPERANÇA, DO VERBO ESPERANÇAR...

Vislumbrar um ano mais próspero, com vidas mais dignas e direitos garantidos é o que nos faz seguir a caminhada e construir pontes, buscar novos parceiros para construir coletivamente novos saberes e fazeres nos territórios e comunidades que atuamos. Para isso, vamos continuar contando com valorosas parcerias como Actionaid Brasil, Kindernothilfe-KNH, Terre des Hommes Suíça, União Europeia através da Horizonte 3000, Governo Estadual, que tem sido fundamentais para avançarmos nos campos dos direitos, da incidência política, a participação ativa nas organizações sociais e comunidades locais.

Nesse sentido, seguimos a caminhada na certeza de que não estamos sozinhas para ousar a construir um lugar melhor para se viver e para isto, avançar no ano de 2025 com o fortalecimento das organização de mulheres e da efetivação das auto-organizações das juventudes; no fortalecimento das redes de direitos das crianças e adolescentes para que o proteção integral sejam prioridade máxima; no apoio às comunidades quilombolas para sua certificação e ampliação do acesso a políticas afirmativas; apoiar e incentivar o protagonismo infanto-juvenil para que participem das tomadas de decisões e continuem multiplicando conhecimentos nas suas comunidades, além de ampliar a discussão sobre as mudanças climáticas e os impactos socioambientais na vida da nossa população.

Seguimos reafirmando nossa luta por equidade de gênero e raça adotando práticas e estabelecendo diretrizes antirracistas para que a equidade seja uma

realidade em nosso meio. Nesse sentido, destacamos eventos nacionais e internacionais onde somaremos esforços para estamos presentes incidindo politicamente, como: Marcha das Mulheres Negras que será realizada em Brasília, Conferência da ONU sobre mudanças climáticas-COP 30 em Belém no Pará, ambas acontecerão no mês de novembro de 2025. Estes são espaços estratégicos que precisamos fazer a nossa voz ser ouvida e nossas pautas ganharem mais centralidade.

VIII - CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS..."COMEÇO, MEIO E COMEÇO"

"O caminho se faz ao caminhar" e assim temos aprendido muito e sempre com os nossos e nossas mais velhos, com a nossa ancestralidade sobre não aceitar as coisas como elas são, a teimar e enfrentar a lógica de sociedade que nos foi imposta, a ser e existir, sobretudo quando se é mulher, jovens, rurais, negras/os, é lutar todos os dias contra a corrente do patriarcado, do capitalismo, do racismo e todas as formas de opressão que vai se apresentando com novas roupagens. O ano de 2024 foi desafiador, porém os resultados dessa nossa trajetória apontam que estamos no caminho certo para que a justiça social aconteça de fato.

O Programa de Gênero, Geração e Igualdade Racial é o resultado do compromisso político do MOC com os sujeitos historicamente invisibilizados e socialmente injustiçados. Faz parte da nossa missão construir coletivamente nossas pautas e bandeiras de lutas, atuar localmente sem perder de vista outras perspectivas macro da luta política olhando a conjuntura nacional, estadual, atuando em redes e apoiando o nosso público a também se fazer ouvir em espaços estratégicos. Vamos seguir anunciado a esperança, construindo pontes, lançando as sementes da justiça, equidade e construindo o bem viver. Como diz Nego Bispo (Antônio Bispo dos Santos), "Nós somos o começo, o meio e o começo. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia". Que tenhamos sabedoria e que não nos falte coragem e resiliência para enfrentar os desafios e colher os bons frutos e repartir com quem mais precisa.

Depoimentos:

"Ser jovem e fazer parte do MOC foi uma experiência inesquecível, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. Ao longo dessa trajetória, participei de diversas atividades e formações que ampliaram minha visão sobre protagonismo juvenil, incidência política, gênero, raça, identidade e tantos outros temas que me fizeram refletir e pensar de forma mais crítica. Viver essa experiência me permitiu entender, na prática, a importância da educação contextualizada e reforçou ainda mais meu compromisso com a luta por direitos e por uma sociedade mais justa e menos desigual. O MOC foi essencial para que eu chegasse à universidade e, sem dúvidas, me preparou para os desafios que encontrei no caminho. Tudo isso fez parte de um processo importante que ajudou a moldar quem sou hoje. Só tenho a agradecer por terem me dado essa oportunidade de participação, as quais muitos jovens não têm. Acredito fielmente que o futuro está aí, nas pequenas ações, no acreditar que a juventude é capaz, só precisa de uma oportunidade". **Paulo Vitor Silva de Jesus, 24 anos. Município de Santaluz/BA.**

"A partir das oficinas realizadas pelo projeto eu conseguir desenvolver bastante a minha fala principalmente em ambientes públicos, o reconhecimento da minha identidade foi fundamental também. Hoje valorizo bastante a cultura da minha comunidade, antes eu já gostava e me identificava, mas depois do projeto Ciranda de Direitos por uma Caatinga Sustentável conseguir entender a importância da continuidade e hoje além de participar das ações proporcionadas pelo MOC participo de outras dentro da comunidade a cada dia tenho me tornado um adolescente mais participativo e conhecedor da minha história, sou negro e tenho muito orgulho da minha cor, e sempre respeito à diversidade e diferenças entre todos.". **Mateus Santiago, 15 anos de idade, Comunidade de Lagoa Grande, Retirolândia, Bahia.**

ANEXO 1

MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E CARACTERIZAÇÃO DE PARTICIPANTES

ÁREA PROGRAMÁTICA: PROGRAMA GÊNERO, GERAÇÃO E IGUALDADE RACIAL- PGGIR 2024

ATIVIDADES REALIZADAS	NÚM DE ATIVIDADES	QUANT PARTICIPANTE	SEXO	
			FEM	MAS
Encontro Interterritorial sobre juventudes, auto-organização e participação política na região Semiárida	01	30	20	10
Reuniões municipais de assessoria para auto-organização e planejamento das ações de juventudes	06	92	69	23
Intercâmbio formativo de jovens multiplicadores(as)	01	33	20	13
Oficinas formativas sobre: direitos e protagonismo infanto-juvenil para aprendizados sobre negações e garantias de direitos;	05	81	60	21
Encontros municipais envolvendo o intercâmbio, partilha de temas a partir das realidades vividas, tendo a arte, a cultura e a comunicação como parte da metodologia;	01	25	5	20

Jornada estadual da juventude: Arte e política (você tem fome de que?)	01	42	29	13
Intercâmbio formativo para troca de experiências entre jovens sobre Educomunicação, mídias digitais e cidadania;	01	30	15	15
Oficina de Educomunicação com adolescentes e jovens na perspectiva da educação contextualizada (antirracismo);	01	20	14	06
Intercâmbio formativo para troca de experiências entre jovens na perspectiva da Cultura de Paz;	01	39	23	16
Rodas de conversas para sensibilização da Cultura de Paz e territorialidade com adolescentes e jovens	01	56	43	13
Oficinas com adolescentes e jovens na perspectiva da cultura de paz;	02	42	29	13
Formação sociedade civil, envolvendo representantes da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, na perspectiva da cultura de paz;	01	30	25	05
Encontro estadual sobre proteção às violências e cultura de paz no Semiárido sob o olhar das juventudes e adolescentes, com representantes da rede de proteção da criança e dos adolescentes, famílias e educadores;	01	30	22	08
Apoio psicossocial para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades através da metodologia da psicologia comunitária;	03	56	36	20
Ação de sensibilização com famílias (mulheres) sobre a cultura de paz e prevenção às violências	03	63	60	03

Sistematização de experiências sobre o percurso de implementação das ações do Consórcio das Juventudes;	01	01		
Encontros do coletivo de organizações e juventudes para planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Consórcio.	02	15	10	05
Oficinas de elaboração de mensagens anuais pelas crianças e adolescentes apadrinhadas.	05	350	18216 168	16816 182
Encontros Municipais de apresentação dos PLDs e proposição de políticas públicas com gestores municipais e lideranças comunitárias.	02	40	24	16
Reuniões municipais para constituição do Núcleo de Adolescentes Protagonistas com definição coletiva de acordos e combinados.	04	25	12	08
Encontros municipais de monitoramento e avaliação das ações do projeto junto aos sujeitos envolvidos.	02	30	24	06
Rodas de diálogos com crianças e adolescentes sobre segurança alimentar e o bioma caatinga.	05	100	46	44
Círculo de leitura lúdica, prazerosa e contextualizada com crianças e adolescentes sobre as relações de gênero, raça e diversidade.	05	100	39	61
Caminhadas comunitárias da Campanha "Faça Bonito", contra abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.	05	250	138	112

Jornadas formativas com as jovens multiplicadoras/es e de planejamento, monitoramento e avaliação das ações do projeto	02	30	27	03
Jornadas comunitárias para cadastramento e elaboração das mensagens com crianças e adolescentes apadrinhadas.	05	350 350	18216 168	16816 182
Bate papos comunitários com famílias e associações para apresentar o projeto.	05	100	47	63
Reuniões municipais com as redes municipais (SGD) de proteção dos direitos das crianças e adolescentes sobre os eixos do plano decenal e os mecanismos de proteção.	02	15	11	04
Seminários municipais sobre a doutrina da proteção integral de criança e adolescentes; O intuito dos seminários é fortalecer o entendimento dos representantes das redes comunitárias e da rede de proteção municipal sobre a importância de se proteger as crianças e adolescentes.	02	20	15	05
Oficina de leitura e elaboração das mensagens com crianças e adolescentes vinculados(as) no sistema de vínculos.	02	1.019	465	554
Encontro de formação com jovens multiplicadoras de vínculos solidários sobre metodologias participativas para fortalecer o trabalho da multiplicação com as crianças e adolescentes	01	15	11	04

Gincanas lúdicas com crianças e adolescentes sobre jogos cooperativos em comemoração ao dia das crianças	06	210	107	103
Oficinas comunitárias sobre a cultura de paz com crianças e adolescentes	06	140	86	54
Bate papo comunitários para contribuir nas reflexões sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, fortalecendo a campanha.	06	140	72	68
Reuniões interterritorial de apresentação da proposta e identificação de jovens multiplicadoras juntos as organizações de mulheres;	02	60	60	-
Jornada formativa regional com meninas e jovens para ampliar conhecimentos sobre tipificação de violências	01	30	30	-
Rodas de conversa municipais sobre violência de gênero e raça	10	310	280	30
Marcha territorial pela vida das meninas e mulheres	01	120	115	05
Audiência pública territorial para discutir mecanismos de defesa dos direitos das mulheres	01	65	60	05
Encontro de planejamento e monitoramento das organizações de mulheres da região Semiárida;	01	23	23	-

Reuniões de assessoria às organizações de mulheres para o fortalecimento da autonomia e sustentabilidade;	09	90	86	04
Encontro regional sobre a luta antirracista, autonomia das mulheres e meninas negras e construção do bem viver (Julho das Pretas);	01	65	62	03
Rodas de conversa comunitárias com meninas sobre empoderamento e letramento racial;	06	120	120	-
Encontro Interterritorial 21 Dias de Ativismo pelo fim da violência de gênero e raça contra meninas e mulheres;	01	75	68	07
Reuniões comunitárias para estudo e reconhecimento de comunidades remanescentes quilombolas (Lagoa Grande/Retirolândia, Lagoa da Negra/Feira de Santana);	02	40	23	08
Encontro de debate e reflexão de dados sobre a participação de mulheres e jovens nos espaços de decisão, e formações com as organizações sobre equidade de gênero e juventude.	02	60	41	08
Visita de acompanhamento as Auto-organizações de Mulheres e Jovens	11	198	168	21
Oficinas Regionais sobre Políticas Públicas para Mulheres e Jovens, com lideranças das organizações sociais, e gestores públicos dos municípios de atuação;	01	31	23	08

Mapeamento das organizações sobre políticas, jovens e mulheres	02	53	29	24
--	----	----	----	----

ANEXOS GERAIS

ANO 2024



Campanha “É Tempo de Cooperar” fortalece solidariedade e autonomia no Semiárido baiano em 2024

Em 2024, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) deu continuidade à sua trajetória de compromisso com o Semiárido baiano por meio da campanha “É Tempo de Cooperar – Solidariedade por um Sertão Justo”. A iniciativa teve como objetivo central o enfrentamento das desigualdades sociais e a construção de alternativas sustentáveis que promovam justiça, autonomia e vida digna para as populações rurais e periurbanas da região.

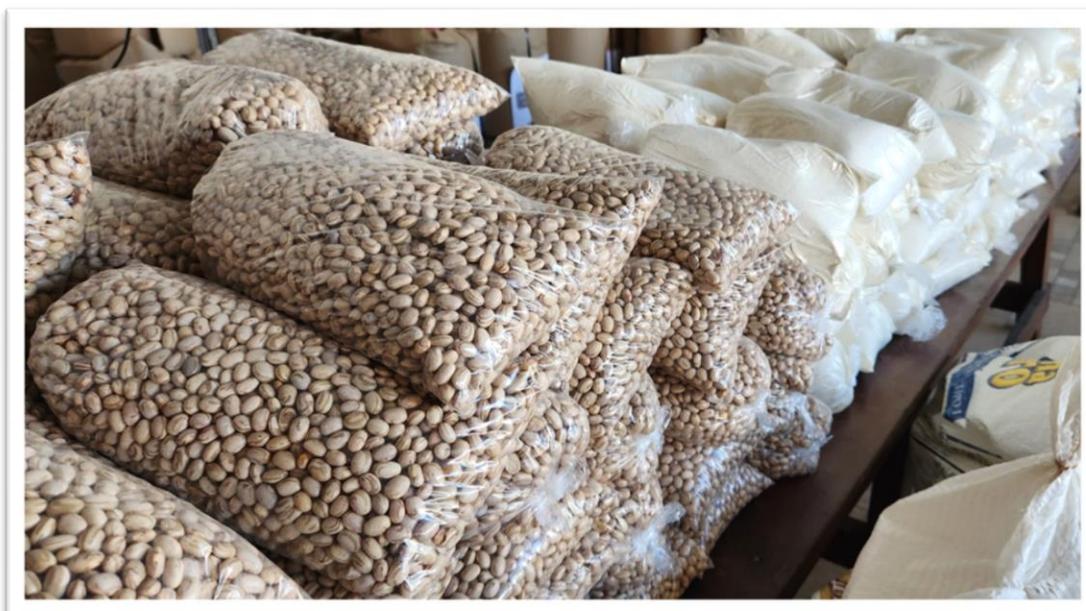
A campanha atuou em áreas estratégicas como segurança alimentar e nutricional, economia solidária, educação contextualizada e promoção de direitos. Famílias agricultoras, mulheres, crianças, adolescentes e jovens foram os principais públicos beneficiados com ações voltadas não apenas ao combate à fome, mas também ao fortalecimento de práticas sustentáveis e solidárias de produção e consumo.

As ações foram estruturadas a partir de eixos estratégicos que dialogam com a missão do MOC e sua atuação em defesa dos direitos humanos, da justiça social e da cidadania no campo:

- Promoção da alimentação saudável e da produção agroecológica, como base para a soberania alimentar e nutricional;
- Fortalecimento da economia solidária e do consumo consciente, incentivando a organização comunitária e o comércio justo.

Ao longo do ano, a campanha distribuiu aproximadamente 600 cestas alimentares, compostas prioritariamente por alimentos saudáveis oriundos da agricultura familiar e da economia solidária. Essa estratégia reafirmou um duplo compromisso: garantir alimentos de qualidade para famílias em situação de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, fomentar a produção agroecológica e o comércio justo entre os pequenos produtores da região.

Essas doações foram entregues a famílias das comunidades de Lagoa da Negra, Água Grande, Casa Nova, Caatinga, Carro Quebrado, Cacimba, Moita da Onça, Lagoa de Pedra e Vargem – localizadas em áreas rurais – e em Asa Branca, George Américo, Mangabeira, São João do Cazumbá e Papagaio – localizadas em áreas periurbanas do município de Feira de Santana. Todas essas localidades enfrentam diferentes níveis de insegurança alimentar e nutricional.



A campanha foi viabilizada por meio de parcerias fundamentais, como:

- Programa Mesa Brasil (SESC): rede nacional de combate à fome e ao desperdício de alimentos, com foco na doação de itens excedentes de empresas e produtores, ainda próprios para o consumo. O MOC é uma das organizações credenciadas para receber e redistribuir esses alimentos a famílias em situação de insegurança alimentar;

- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): política pública que permite ao Estado adquirir diretamente a produção de agricultores familiares para doação a famílias e instituições. O MOC apoiou a elaboração de Projetos de Venda para a Apaeb Araci, COAFES (Conceição do Coité), COOBENCOL (Santaluz) e COOPEREDE (Biritinga e Feira de Santana), apresentados à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia (SEADES).

O PAA é uma política pública estratégica que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, ao garantir a comercialização da produção por meio de compras públicas com dispensa de licitação. Ele se estrutura a partir de duas pontas interligadas: o apoio à produção de base familiar e o enfrentamento à insegurança alimentar nas comunidades. Os alimentos adquiridos são repassados gratuitamente às entidades socioassistenciais e famílias em situação de vulnerabilidade social. O PAA representa uma ferramenta poderosa de inclusão produtiva e geração de renda, especialmente para mulheres, juventudes e povos tradicionais, além de assegurar a circulação de alimentos saudáveis nos territórios. Essa articulação entre política pública e solidariedade ativa representa um modelo efetivo de combate à fome com geração de renda e dinamização das economias locais.

A montagem das cestas alimentares contou majoritariamente com alimentos adquiridos via PAA/SEADES, complementados por doações do Programa Mesa Brasil, promovendo inclusão produtiva e gerando renda para associações e cooperativas lideradas, em muitos casos, por mulheres.

Além das doações, a campanha também atuou fortemente na assessoria técnica, organizativa e de gestão de organizações da agricultura familiar e da economia solidária, visando o acesso qualificado ao Projeto Comida no Prato, vinculado ao programa estadual Bahia Sem Fome. O MOC apoiou diretamente a COOPEREDE – Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia e a Associação Comunitária Rural dos Moradores de Pedra Ferrada, contribuindo para a regularização documental, o planejamento produtivo, a capacitação em gestão e a adoção de boas práticas de manipulação de alimentos.



Organização das cestas para entrega

O Projeto Comida no Prato é uma das ações estruturantes do Bahia Sem Fome, que visa garantir refeições prontas e balanceadas a famílias em situação de vulnerabilidade alimentar grave. O diferencial desse projeto é que ele articula a segurança alimentar com o fortalecimento da agricultura familiar local, uma vez que os alimentos utilizados na preparação das refeições são adquiridos de organizações produtivas e cooperativas da região.

Graças a esse suporte, a COOPEREDE atuou em dezembro de 2024 na Busca Ativa de famílias em situação de insegurança alimentar moderada ou grave em Feira de Santana, com a distribuição de 1.000 (um mil) quentinhas por dia, durante cinco dias por semana, beneficiando comunidades rurais como Casa Nova, Jacú, Lagoa da Negra, Matinha, Moita da Onça, Santa Rita, Vila Feliz e Vila Santa Inês, além de bairros periféricos como George Américo,

Mangabeira e Papagaio. Já a Associação de Pedra Ferrada realizou ação semelhante, doando diariamente 200 (duzentos) quentinhas nos bairros periurbanos de Pedra Ferrada e Asa Branca, e na comunidade rural Fazenda Umburana.



Nilza Santos, coordenadora da COOPERREDE e Célia Firmo, coordenadora geral do MOC

As ações não apenas atenderam à demanda urgente por alimentação, mas também mobilizaram cozinheiras comunitárias, produtoras locais e lideranças, fortalecendo vínculos territoriais e promovendo autonomia.

Mais do que entregar alimentos, a campanha "É Tempo de Cooperar" reafirma o compromisso com o cuidado coletivo, a solidariedade ativa e a construção da autonomia comunitária. Ao investir em redes de cooperação e fortalecer iniciativas locais, o MOC mostra que é possível transformar o Sertão em um território de vida plena, onde os direitos são garantidos e a esperança floresce a partir do protagonismo das comunidades.

Com o apoio de parceiros, a mobilização de lideranças comunitárias e a escuta atenta das necessidades dos territórios, o MOC segue firme em seu propósito: construir, junto às populações do Semiárido, caminhos de justiça, dignidade e sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos a apresentação de nossas atividades em 2024, todas voltadas para assistir os excluídos, ajudando-os a se inserir nos espaços de participação, valorização, busca e acesso aos seus direitos.

Como nos expressamos na introdução deste relatório, estas atividades e seus resultados são pequenas marcas de justiça, equidade e fraternidade, no mar de injustiças, violentação das pessoas e da natureza, em que vivemos.

Temos a certeza de que, com essas pequenas conquistas, a vida se tornou melhor para todos os envolvidos: jovens, mulheres, crianças, agricultores e agricultoras, habitantes das periferias. Mas também se tornou melhor para nós, pois estamos construindo a sociedade e o mundo com que sonhamos.

Ao melhorar, a vida assumiu o papel de semente — uma força transformadora que impulsiona mudanças. A verdadeira melhoria não paralisa as pessoas, mas as fortalece, tornando-as construtoras, incentivadoras e sementes de um futuro diferente: justo, equitativo e resiliente, capaz de enfrentar as mudanças climáticas e combater as injustiças.

Temos a certeza de que, por meio de nossa ação, nós e o mundo nos tornamos melhores.

Agradecemos a todos os parceiros que caminharam conosco nesta trajetória—seja trilhando o caminho lado a lado ou, nacional e internacionalmente, confiando em nossa instituição, acreditando em nossa capacidade e decidindo nos apoiar.

Este relatório, esses resultados e essas marcas são fruto do compromisso de cada um e cada uma que contribuiu para a construção de um mundo melhor.

Desejamos também que este relatório a todos nós inspire e anime no continuar do caminho, não o repetindo para servindo-se dele como trampolim para saltos maiores.

O caminho continua e se faz ao caminhar!

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

- **AACSJD** – Associação dos Amigos do Centro São João de Deus
- **AABA** – Articulação de Agroecologia da Bahia
- **APLB** – Associação dos Professores Licenciados do Brasil
- **ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia
- **AMMTRAFAS** – Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Agricultoras Familiares de Santaluz
- **APAEB** – Associação dos Pequenos Agricultores Familiares
- **AP1MC** – Associação Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais
- **CAF** – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
- **CAR** – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
- **CAT** – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo
- **CEM** – Comissões Executivas Municipais
- **CECA** – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente
- **CEFIR** – Cadastro Estadual de Regularização Florestal
- **CDS** – Compra Doação Simultânea
- **CMDCA** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
- **CODETER** – Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável
- **CONANDA** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente
- **CONSEA** – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
- **COP30** – 30ª Conferência das Partes
- **COOAFES** – Cooperativa da Agricultura Familiar e da Economia Solidária
- **COOFAQS** – Cooperativa de Trabalho dos Agricultores Familiares de Quijingue e Semiárido
- **COOPERAGIL** – Cooperativa de Produção, Comercialização e Serviço Padre Leopoldo Garcia e Garcia
- **COOPEREDE** – Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia
- **CTEJR** – Câmara Técnica Estadual de Juventude Rural
- **DRP** – Diagnóstico Rápido Participativo
- **ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- **EES** – Empreendimentos Econômicos Solidários

- **EVE** – Estudo de Viabilidade Econômica
- **FBAF** – Fórum Baiano de Agricultura Familiar
- **FBES** – Fórum Baiano de Economia Solidária
- **FBB** – Fundação Banco do Brasil
- **FEBAFES** – Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária
- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo
- **FEEBA** – Fórum Estadual de Educação da Bahia
- **FONEC** – Fórum Nacional de Educação do Campo
- **FOFA** – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
- **FUNTRAD** – Fundo de Promoção do Trabalho Decente
- **IRPAA** – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
- **JUVESOL** – Juventudes da Economia Solidária
- **KNH** – Kindernothilfe
- **LCOY** – Conferência Local da Juventude
- **MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- **MEI** – Microempreendedor Individual
- **MMTR** – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- **MOC** – Movimento de Organização Comunitária
- **MROSC** – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
- **NEAM** – Núcleo Especial de Atendimento às Mulheres
- **ONU** – Organização das Nações Unidas
- **OSC** – Organização da Sociedade Civil
- **PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- **PAD** – Programa Água Doce
- **PANC** – Plantas Alimentícias Não Convencionais
- **PAPAA** – Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia
- **PCOM** – Programa de Comunicação e Cultura
- **PECONTE** – Programa de Educação do Campo Contextualizada
- **PCT** – Povo e Comunidades Tradicionais
- **PFEES** – Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários
- **PGGIR** – Programa de Gênero, Geração e Igualdade Racial

- **PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- **RESAB** – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
- **RFA** – Rede Feminista de Agroecologia
- **SAN** – Segurança Alimentar e Nutricional
- **SDR** – Secretaria de Desenvolvimento Rural
- **SEADES** – Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social
- **SETRE** – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
- **SGD** – Sistema de Garantia de Direitos
- **SIVME** – Sistema Informatizado do Programa Vida Melhor Urbano
- **SPM** – Secretaria de Políticas para as Mulheres
- **SWOT** – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats (Pontos Fortes, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
- **TDH** – Terre des Hommes Suisse
- **UEFS** – Universidade Estadual de Feira de Santana
- **UFRB** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- **UFPA** – Unidade Familiar de Produção Agrária
- **UNICAFES** – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

RELAÇÃO DE COLABORADORES/AS EM 2024

Aila Hilda Fernandes dos Santos*	Alan Rocha Suzarte
Alexandre Cardeal Nepomuceno	Alexandro Lima de Meireles
Aline Lorrane Pereira Vieira*	Ana Cleide Soares da Silva Matos
Ana Dalva Souza Santana	Ana Glecia da Silva Almeida
Angela de Oliveira Carneiro****	Angela Maria Cerqueira das Virgens*
Arlete Santana dos Santos	Benicio Abel da S A Leao*
Cailane Santos de Santana*	Camila Lima Pereira*
Cassilandia de Santana Oliveira*	Catia Souza de Almeida
Celia Santos Firmo	Claudia Emilia Mota Ferreira*
Cleciane de Almeida Cordeiro*	Cleonice dos Santos Oliveira
Clodoaldo Almeida da Paixao***	Cristiane Pereira das Neves*
Daiane da Silva Xavier	Dinalva Leite das Virgens Cerqueira
Dionizio Souza Barreto	Donato da Silva
Edivania Santos de Lima	Edson Evangelista Santana de Almeida**
Elderney da Silva Souza**	Elismario Angelo de Carvalho
Eluammi Rocha Matos*	Emmanuel de Lima Pedreira Filho*
Emylly Mikaely M M Trampusch	Everaldo Leite das Virgens
Fabiana Ferreira Maia de Jesus*	Francisca das Virgens Fonseca**
Fredson Costa de Araujo**	Geovanio Silva dos Santos*
Gilvan Rogerio Vieira de Araujo	Giseli da Silva Oliveira Medeiros*
Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro	Heloisa Carneiro Lima*
Iara de Andrade Oliveira*	Ila Maiane Reis Barbosa*
Izabel Santos Pereira**	Jane Cristina Lima Rios
Jaqueline Borges dos Santos*	Jivanilson Silva de Matos*
Joao Teofilo de Araujo Oliveira	Jose Francisco Carvalho de Oliveira
Jose Ivamberg Ferreira Silva	Jose Nelio Monteiro Corsini
Joseval Santos de Jesus****	Josilene Policarpo Miranda*
Judiclecio Brito Lima	Kailane de Oliveira Ferreira*
Kívia Maria da Silva Carneiro	Leane de Souza Cunha dos Reis

Luliana Santos Reis**	Maiane de Figueiredo Nascimento*
Marcelo Emanuel Militao Araujo	Marcio Gilnario Carneiro Lima
Margarida Souza da Silva	Maria Antonia dos Reis Costa Souza*
Maria Barbara dos Santos de Jesus	Maria das Graças Souza Bittencourt
Maria Lucilene da Silva*	Mariana Borges Neta
Mariza Cerqueira das Virgens	Marta Pereira de Almeida*
Mateus Jonnei Carneiro Lima	Mayco Farias dos Santos
Morena Carvalho dos Santos**	Naidison de Quintella Baptista
Nataly Souza de Oliveira	Natiele Araujo Ferreira*
Nuria Mariana Campos Nunes	Patricia Santiago dos Santos Pereira**
Pedro Genir de Jesus Santos	Reinilda de Oliveira Miranda
Reinilda Santos da Silva	Rita de Cassia Borges de Almeida**
Robervania da Silva Cunha	Rodrigo Barbosa de Carvalho*
Rodrigo dos Santos Amaral Souza	Rogeres Sales Dantas*
Selma Gloria de Jesus	Sheila Denise de Oliveira Lima*
Sidineia da Silva de Queiroz	Soraia Jane Oliveira Rios Carvalho
Tailana Isabela de Lima Matos**	Tainara Santos de Jesus*
Tatiane Santos de Aquino*	Thaiane Lima da Silva
Valdir Ferreira Alves	Valmar Santiago de Oliveira
Valmira Lopes de Souza	Valquiria Cruz dos Santos*
Vera Maria Oliveira Carneiro	Vitoria Santos da Paixao*
Zenaide Alves de Jesus	

Legenda:

- Admitidos dentro do ano 2024: *
- Demitidos dentro do ano 2024: **
- Licença sem remuneração dentro do ano 2024: ***

DIRIGENTES MOC

DIRETORA PRESIDENTE	<ul style="list-style-type: none">• Maria Conceição Borges Ferreira
DIRETORA FINANCEIRA	<ul style="list-style-type: none">• Hildete Neves de Farias
DIRETORA SECRETÁRIA	<ul style="list-style-type: none">• Terezinha Santos Silva (Mandato finalizou em outubro/2024)• Valdemira Pereira Lima (Mandato iniciou em outubro/2024)
DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none">• Edisvanio do Nascimento Pereira
DIRETORA ADMINISTRATIVA	<ul style="list-style-type: none">• Maria Margarida Da Silva Ferreira Santos

CONSELHO FISCAL

TITULARES	<ul style="list-style-type: none">• Adriana Lima Nascimento de Jesus• Jussara Secondino do Nascimento• Marineide Dias dos Santos (Até outubro de 2024)• Virgínia Araújo Lima (Início em outubro de 2024)
SUPLENTES	<ul style="list-style-type: none">• Terezinha Lima Oliveira• Terezinha de Jesus Almeida

COORDENAÇÃO COLEGIADA 2024

COORDENADORA GERAL	<ul style="list-style-type: none">• Célia Santos Firmo
COORDENADORA PEDAGÓGICA	<ul style="list-style-type: none">• Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro
COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none">• Maria das Graças Souza Bittencourt
COORDENADORA PAPAA	<ul style="list-style-type: none">• Ana Glécia da Silva Almeida
COORDENADORA PECONTE	<ul style="list-style-type: none">• Vera Maria Oliveira Carneiro
COORDENADORA PFEES	<ul style="list-style-type: none">• Renilda Santos da Silva
COORDENADORA PGGIR	<ul style="list-style-type: none">• Selma Glória de Jesus

TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO 2024

- Território Bacia do Jacuípe;
- Território de Litoral Norte e Agreste Baiano;
- Território Nordeste II;
- Território Piemonte da Diamantina;
- Território Piemonte Norte do Itapicuru;
- Território Portal do Sertão;
- Território Recôncavo;
- Território do Sisal;

COLABORADORES/COOPERANTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

CONVÊNIOS DO EXTERIOR

- ✓ KINDERNOTHILFE – KNH
- ✓ OMICRON ELETRONICS
- ✓ TERRE DES HOMMES
- ✓ UNIÃO EUROPEIA / AGENDHA

CONVÊNIOS NÃO GOVERNAMENTAIS

- ✓ ACEFARCA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA RURAL DE CORRENTINA E ARREDORES;
- ✓ ACTIONAID;
- ✓ AGROCOOP – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DE BARRO ALTO;
- ✓ ARCAS - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CONVIVÊNCIA APROPRIADA AO SEMIÁRIDO;
- ✓ ASA – ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO;
- ✓ AS PTA - AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA;
- ✓ ASFAB - ASSOCIACAO DE AGRICULTORES FAMILIARES CAMPONESES DA BAHIA;
- ✓ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL;
- ✓ CAA - CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ;
- ✓ CACIMBA - REDE DE ENTIDADES PELA RESISTENCIA E CONVIVENCIA COM O SEMIARIDO;
- ✓ CARITAS;

- ✓ CEDASB - CENTRO DE CONVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA;
- ✓ CENTRO AGROECOLÓGICO;
- ✓ COFASP - COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA À AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL DO PIEMONTE;
- ✓ COOPERAÇÃO TÉCNICA CEAPE/BA - CENTRO DE APOIO AOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DA BAHIA;
- ✓ DIVINA PROVIDÊNCIA;
- ✓ FATRES - FUNDAÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DO SISAL E SEMIÁRIDO DA BAHIA;
- ✓ FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL;
- ✓ IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA;

RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2024

